



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-feira, 9 de Março de 2007

Número 49

ÍNDICE

PARTE J

SUPLEMENTO

BPN Imofundos, SGFIL, S. A.

Relatório n.º 1-AD/2007:

Contas de 2002 6492-(2)

LOCAPOR — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A.

Relatório n.º 1-AE/2007:

Contas de 2002 6492-(7)

SPGM — Sociedade de Investimento, S. A.

Relatório n.º 1-AF/2007:

Contas de 2004 6492-(29)

VISDELFABER — Materiais Siderúrgicos, L.^{da}

Relatório n.º 1-AG/2007:

Alteração do pacto social (projecto de fusão) 6492-(43)



PARTE J

BPN IMOFUNDOS, SGFII, S. A.

Relatório n.º 1-AD/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 7735/990514; identificação de pessoa colectiva n.º 504801856; número e data da apresentação: 38/3 de Fevereiro de 2004; pasta n.º 7735.

Certifico, que são do seguinte teor o balanço, demonstração de resultados e anexo ao balanço e demonstração de resultados referentes à prestação de contas do ano de 2002, da sociedade em epígrafe.

Porto, 5 de Fevereiro de 2004. — A Ajudante, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e contas de 2002

Anexos

Anexo I:

Para efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2002, era a seguinte:

Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2002 nem transaccionou acções da empresa em 2002.

Anexo II:

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

1 — Accionistas com, pelo menos metade do capital social: BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.ª

Balanços em 31 de Dezembro de 2001 e 2002

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2002			2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11	1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	29	—	29	100
12+13	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	7 437	—	7 437	24 243
20	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	2 815 000	—	2 815 000	1 205 000
400	7 — Participações	300	—	300	—
41+460-481	9 — Imobilizações incorpóreas	61 457	58 185	3 272	21 670
42-482	10 — Imobilizações corpóreas	583	19	564	—
4200-48200	(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	—	—	—	—
27-27003	13 — Outros activos	289 615	—	289 615	105 964
51+55+58 (dev.)	15 — Contas de regularização	21 406	—	21 406	16 812
<i>Total do activo</i>		3 195 827	58 204	3 137 623	1 374 788

PASSIVO

Código das contas		2002	2001
36+39	4 — Outros passivos	519 487	287 878
52+54+58 (cred.)	5 — Contas de regularização	16 950	10 577
62	9 — Capital subscrito	573 600	573 600
630+631+639	11 — Reservas	502 734	3 679
66	13 — Resultados transitados	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	1 524 852	499 055
<i>Total do passivo</i>		3 137 623	1 374 788

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Demonstrações dos resultados em 31 de Dezembro de 2001 e 2002**DÉBITO****(Em euros)**

Código das contas		2002	2001
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	—	—
71	2 — Comissões	—	—
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	324 608	150 855
	a) Custos com pessoal	176 159	85 097
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	(111 143)	(62 660)
732+733	(— encargos sociais)	(65 016)	(22 437)
	Dos quais:		
73290/1/2	(— com pensões)	(46 769)	(11 999)
74	b) Outros gastos administrativos	148 449	65 758
78	5 — Amortizações do exercício	18 417	20 368
77	6 — Outros custos de exploração	86 379	4 703
	10 — Resultado da actividade corrente	(2 269 421)	(771 169)
671	11 — Perdas extraordinárias	47	1
68	13 — Impostos sobre lucros	744 414	272 014
76	14 — Outros impostos	109	100
69	15 — Lucro do exercício	1 524 851	499 055
Total		2 698 825	947 095

CRÉDITO

Código das contas		2002	2001
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	70 360	34 164
	Dos quais:		
80250+80251	(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
81	2 — Rendimento de títulos	—	—
81-81400-81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	—	—
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	2 628 465	912 932
83	4 — Lucros em operações financeiras	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	—	—
	8 — Resultado da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	—	—
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
Total		2 698 825	947 095

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)**Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2001 e 2002**

	2002	2001
Actividades operacionais:		
Recebimentos de comissões	2 466 873	831 455
Pagamentos de comissões	—	—
Pagamentos a fornecedores	(150 781)	(45 519)
Pagamentos ao pessoal	(189 991)	(79 411)
Pagamentos e recebimentos imposto s/ rendimento	(503 525)	(2 395)
Outros recebimentos e pagamentos relativos a actividade corrente	(22 467)	16 785
Fluxos das actividades operacionais	1 600 109	720 915

	2002	2001
Actividades de investimento:		
Pagamentos respeitantes a imobilizações e custos plurianuais	(7 986)	(13 864)
Pagamentos respeitantes a variações extraordinárias dos CP	—	—
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>(7 986)</u>	<u>(13 864)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos prov. aumento de capital, prestações suplementares e prémios emissão	—	—
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	<u>—</u>	<u>—</u>
Variação de caixa e equivalentes	1 592 123	707 051
Caixa e equivalentes no início do período	1 230 343	523 292
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>2 822 466</u>	<u>1 230 343</u>

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 de 2001

(Montantes expressos em euros)

1 e 2 — Nada a referir.

3 — Os critérios de avaliação aplicados às várias rubricas são os seguintes:

3.1) Geral. — As demonstrações financeiras foram preparadas na base da convenção dos custos históricos e da continuidade das operações, em conformidade com o conceito contabilístico de prudência e, quando materialmente relevante, da especialização dos exercícios (ou dos acréscimos).

3.2) Imobilizações. — As imobilizações encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas segundo o método

das quotas constantes, de forma a que os bens estejam, dum modo genérico, totalmente reintegrados ao fim da vida útil estimada, tendo em conta as taxas máximas permitidas para efeitos fiscais pelo Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

4 a 8 — Nada a referir.

9 — Em 31 de Dezembro a sociedade detinha depósitos, junto do Banco Português de Negócios, S. A., com a seguinte composição:

	2002	2001
À ordem	7 437	25 243
A prazo	2 815 000	1 205 000

10 — A carteira de títulos da BPN Imofundos em 31 de Dezembro de 2002, era a seguinte:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
C) Imobilizações financeiras:					
Outras imobiliz. financeiras:					
BPN Serviços, ACE	1	300	300	—	300

Em 31 de Dezembro de 2001 a sociedade não detinha carteira de títulos.

11 — Os movimentos ocorridos durante o exercício no activo imobilizado constam do mapa seguinte, elaborado de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário.

Imobilizações corpóreas e incorpóreas em 31 de Dezembro de 2002

(Em euros)								
Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2002
	Valor bruto	Amortiz. acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)				
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de estabelecimento	61 457	39 787	—	—	—	18 398	—	3 272
Custos plurianuais	23 714	17 898	—	—	—	5 817	—	—
Sist. de tratam. autom. de dados (<i>software</i>)	35 322	21 179	—	—	—	11 774	—	2 369
Outras imobilizações incorpóreas	934	311	—	—	—	311	—	311
Imobilizações corpóreas:								
Equipamento	—	—	583	—	—	19	—	564
Imobilizações em curso:								
Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	61 457	39 787	583	—	—	18 417	—	3 836

12 e 13 — Nada a referir.

14 — Reportando a 31 de Dezembro, a rubrica 3 do activo correspondia na sua totalidade a depósitos a prazo junto do Banco Português de Negócios com duração residual inferior a três meses:

Rubrica 3 do activo	2002	2001
Depósitos a prazo	2 815 000	1 205 000

15 — Nada a referir.

1 — As despesas de estabelecimento desdobram-se da seguinte forma:

	2002	2001
Escritura	210	210
Registos	1 400	1 400
Estudos económicos	19 741	19 741
Outras	2 363	2 363
Total	23 714	23 714

17 a 23 — Nada a referir.

24 — Pensões de reforma e sobrevivência:

Com referência à data de 31 de Dezembro de 2002, a responsabilidade existente era a seguinte:

Trabalhadores no activo	81 445
Trabalhadores reformados	—
Total das responsabilidades	81 445
95% das responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo	77 373
Valor mínimo do Fundo	77 373
Valor efectivo do Fundo	82 553
Nível de financiamento (percentagem)	106,7

25 a 26-A — Nada a referir

27 — Saldos em 31 de Dezembro das contas:

Saldos das contas	2002	2001
Despesas com custos diferido	13 099	14 952
Proveitos a receber	8 308	1 860
Receitas com proveito diferido	—	—
Custos a pagar	16 796	10 577

28 a 30 — Nada a referir.

31 — Elementos que integram a rubrica 13 do activo e 4 do passivo:

	2002	2001
Rubrica 13 — outros activos:		
Devedores diversos	289 614	105 964
Comissão de gestão	254 614	93 023
Fundo BPN Imonegócios	81 657	56 296
Fundo BPN Real Estate	46 261	26 453
Fundo BPN Imoglobal	83 809	10 274
Fundo BPN Imoreal	42 887	—
Fundo de Pensões BPN	35 000	12 941
Rubrica 4 — Outros passivos:		
Credores	3 598	14 885
Fornecedores	3 598	14 885

	2002	2001
Outras exigibilidades	515 889	272 993
Sector público administrativo	515 070	272 584
Cobr. por conta de terceiros	134	67
Contribuições para o SAMS	685	342

32 — Fundos administrados pela sociedade em nome próprio mas por conta de outrem:

	2002	2001
Fundo BPN Imonegócios	102 839 816	78 979 872
Fundo BPN Real Estate	56 482 894	31 489 281
Fundo BPN Imoglobal	131 968 802	124 988 369
Fundo BPN Imoreal	101 111 515	—
Total	392 403 027	235 457 522

33 — Nada a referir.

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores por categoria profissional:

	2002	2001
Administrativos	1	—
Técnicos	3	1
Quadros superiores	1	1
Total	5	1

35 — Não foram atribuídas, quaisquer remunerações, nem assumidos compromissos de espécie alguma por conta dos órgãos de administração.

Aos órgãos de fiscalização foi paga a seguinte importância:

Remunerações	2002	2001
Administração	—	—
Fiscal único	1 921	2 359

36 — A BPN Imofundos no âmbito do seu objecto social administra quatro fundos de investimento imobiliário em representação dos respectivos participantes.

37 — Nada a referir.

38 — Todos os proveitos registados nas rubricas B1, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados, foram gerados em território nacional.

39 — Decomposição das rubricas:

	2002	2001
A) Custos:		
6 — Outros custos exploração	86 379	4 703
Quotizações	6 571	4 703
Donativos	79 808	—
11 — Perdas extraordinárias	47	1
Multas e outras penalidades legais	47	—
Outras perdas extraordinárias	—	1
B) Proveitos:		
7 — Outros proveitos de exploração	—	—
9 — Ganhos extraordinários	—	—

40 — Nada a referir.

41 — Carga fiscal:

Os resultados apurados estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama municipal, a carga fiscal tem o seguinte desdobramento:

	2002	2001	2000
IRC estimado	744 414	272 014	1 695
Entregas por conta e retenções na fonte	232 710	1 199	499
Reembolso (a efectuar no exercício seguinte)	—	—	—
Entrega adicional (a efectuar no exercício seguinte)	514 704	270 815	1 196
Liquidação fiscal	744 414	272 014	1 695

42 — A estimativa do imposto sobre os lucros do exercício ascende a 744 414 euros totalmente afecta a resultados correntes.

43 — As contas da sociedade, são consolidadas pela BPN Participações Financeiras — SGPS, L.^{da}, com sede social na Avenida da República, 53,1050-188 Lisboa, local em que podem ser consultadas.

44 a 48 — Nada a referir.

49 — Pensões de reforma e sobrevivência:

De acordo com a legislação laboral actualmente em vigor para o sector bancário, a BPN Imofundos aderiu ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical dos Bancários.

Assim, os empregados e as respectivas famílias têm direito a pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com as disposições específicas do respectivo acordo.

Para fazer face a estas responsabilidades a sociedade aderiu, em 2000, como associada ao Fundo de Pensões BPN — Seguros Vida. Este fundo de pensões aberto é destinado a empresas do Grupo Banco Português de Negócios, sendo gerido pela BPN — Seguros Vida.

Estas responsabilidades foram calculadas pela Companhia Seguradora com base nos seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade: TV 73/77;
Tábua de invalidez: EVK80;
Taxa de rendimento para os pensionistas: 5%;
Taxa de rendimento para os activos: 5,5%;
Taxa de crescimento salarial: 2,50%;
Taxa de crescimento das pensões: 1,5%.

Nas avaliações das responsabilidades com pensionistas é utilizado o método do cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, em curso de pagamento. Nas avaliações das responsabilidades com activos é utilizado o Unit Credit Projectado.

Na determinação do valor mínimo do fundo são levados em consideração as seguintes disposições do aviso n.º 12/2001, do Banco de Portugal:

Dispensa de aprovisionamento de 12/20 das responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 1994;

Liberdade de só fundear 95% das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

a) População abrangida:

Número de empregados	3
Número de reformados e pensionistas	—

b) Valor actual das responsabilidades:

1 — Responsab. com reforma (invalidez e velhice):

Responsabilidades com serviços passados	82 940
Responsabilidades com serviços futuros	236 539
Responsabilidades totais	319 479

2 — Responsab. com sobrevivência imediata:

Responsabilidades com serviços passados	11 037
Responsabilidades com serviços futuros	13 202
Responsabilidades totais	24 239

c) Valor do fundo de pensões:

O valor do fundo de pensões é de 82 553 euros.

d) Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

12/200 das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo em Dezembro de 1994: 12 532 euros;

5% das responsabilidades por serviços passados do pessoal presente no activo: 4072 euros.

e) Activos do fundo utilizados por sociedades em relação de grupo:

Não existe qualquer activo do fundo utilizado pela sociedade ou por sociedades do Grupo.

f) Acréscimo anual de responsabilidades:

Acréscimo anual de responsabilidades:

1 — Custo do serviço corrente	8 830
2 — Custo dos juros	1 494
3 — Rendim. esperado dos activos do fundo de pensões	1 737
4 — Ganhos actuariais (4.1+4.2)	24 325
4.1 — Relativos a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	31 553
4.2 — Relativos a alterações verificadas nos pressupostos e nas condições dos planos	— 7 228
5 — Acréscimos de responsabilidades resultantes de programas de reformas antecipadas	—
6 — Valor imputável ao exercício relativo a responsabilidades por serviços de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, com data presumível de reforma depois de 31 de Dezembro de 1997	1 044
7 — Acréscimo anual de responsabil. (1+2-3+4+5+6)	33 956

g) Contribuições entregues ao fundo no exercício:

Durante o exercício foi efectuada uma contribuição de 35 000 euros ao fundo.

h) Montante das pensões pagas pelo fundo durante o exercício:

No exercício o fundo não efectuou qualquer pagamento de pensões.

i) Movimentos verificados no exercício de 2002:

No exercício a taxa de rendibilidade do valor do fundo de pensões foi de 18,7 %, da qual que resultou um crédito de 7494 euros;

Na generalidade dos casos, o crescimento salarial individual correspondeu ao decorrente do crescimento da tabela salarial do ACTV e às promoções obrigatórias as pensões em pagamento cresceram de acordo com o crescimento das tabelas salariais do ACTV;

Não se verificou qualquer óbito nem situação de invalidez; Tratando-se de uma instituição bancária em forte expansão o turnover não foi assumido em termos estatísticos;

Foi efectuada uma contribuição para o fundo no valor de 35 000 euros.

50 — Participações financeiras:

Em 2002, a BPN Imofundos subscreveu uma participação de 300 euros correspondente a 0,3 % do capital social da BPN Serviços, ACE.

Atendendo ao carácter muito específico desta participação, em 31 de Dezembro de 2002, estava registada pelo seu custo de aquisição, não havendo assim mais e menos valias potências, nem a necessidade de constituir qualquer provisão.

51 — Nada a referir.

Instrução n.º 22/2001:

Conforme determinado pela instrução n.º 22/2001 do Banco de Portugal, cumpre-nos informar que a BPN Imofundos, não efectuou operações sobre instrumentos financeiros na sua actividade ao longo do ano de 2002.

O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Extracto da acta da reunião da assembleia geral realizada em 27 de Abril de 2004

Nos termos e para os efeitos legais, publica-se o extracto da acta de aprovação de contas individuais e da proposta de aplicação de resultados para o exercício de 2003, aprovada na assembleia geral da sociedade, a qual teve lugar no dia 27 de Abril de 2004, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia.

Aos 27 dias do mês de Abril de 2004, pelas 11 horas, reuniu em assembleia geral ordinária, devidamente convocada, na sede social sita na Avenida Vasco da Gama, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia, os accionistas desta sociedade Salvador Caetano — Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S. A., pessoa colectiva n.º 500239037, cujo capital social é de 35 000 000 euros e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o n.º 12 301.

(...)

Encontravam-se presentes, conforme se vê e consta da lista de presenças os seguintes accionistas:

(...)

Cujo capital que representavam somava 33 662 505 euros ou seja 96,1786%.

A ordem do dia era a seguinte:

(...)

a) Deliberar sobre o relatório de gestão do conselho de administração, balanço e contas da sociedade referente ao exercício de 2003;

(...)

c) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

(...)

Iniciados os trabalhos, o presidente da mesa da assembleia geral, solicitou ao secretário da sociedade António Carneiro Ribeiro, para proceder à leitura da proposta apresentada pelo conselho de administração, referente à alínea a) da ordem de trabalhos, a qual tinha a redacção seguinte:

Nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, o conselho de administração tem a honra de propor à apreciação dos accionistas o relatório de gestão e as contas do exercício, para que sobre tais documentos tomem as deliberações que nos termos da lei se impõem.

Esta proposta foi posta à discussão da assembleia geral, logo após, o accionista Dr. Joaquim Pereira da Silva, solicitou alguns esclarecimentos sobre os documentos em análise, pelo que foi dada a palavra ao vice-presidente do conselho de administração, Eng. José Reis da Silva Ramos, o qual de imediato procedeu aos respectivos esclarecimentos, tendo de seguida o presidente da mesa da assembleia geral, procedido à respectiva votação, e anunciado que o relatório de gestão do conselho de administração, balanço e contas, e demais documentos relativos ao exercício de 2003, tinham sido aprovados por unanimidade.

(...)

Seguidamente, passou-se à discussão e análise da proposta de aplicação de resultados, logo após, o presidente da mesa da assembleia geral solicitou ao secretário da sociedade António Carneiro Ribeiro, para proceder à leitura integral da proposta apresentada pelo conselho de administração sobre a aplicação de resultados a qual era do teor seguinte:

A actividade desta sociedade Salvador Caetano — Indústrias Metalúrgicas e Veículos de Transporte, S. A., conforme flue da sua conta de lucros e perdas gerou um resultado líquido de impostos de 5 690 446,97 euros.

O conselho de administração, tendo em conta a política que vem sendo seguida, propõe a seguinte aplicação de tal resultado:

a) Para reforço da reserva legal 285 000 euros;

b) Para atribuição aos corpos sociais dirigentes e colaboradores, a título de participação nos lucros relativo à quota parte aferida e congruente com o trabalho e dedicação por todos desempenhado 543 000 euros;

c) Para dividendos a atribuir ao capital 0,051428571 euros por acção, o que atento o seu número 35 000 000 de acções, perfaz 1 800 000 euros;

d) O remanescente para reforço de reservas livres, 3 062 446,97 euros.

Esta proposta foi posta à discussão da assembleia, e não tendo sobre ela incidido qualquer intervenção, o presidente da mesa da assembleia

geral submeteu-a à votação, verificando-se a sua aprovação por unanimidade.

(...)

Vila Nova de Gaia, 7 de Maio de 2004. — O Secretário da Sociedade da Salvador Caetano — IMVT, S. A., António Carneiro Ribeiro.
2004058650

LOCAPOR — COMPANHIA PORTUGUESA DE LOCAÇÃO FINANCEIRA MOBILIÁRIA, S. A.

Relatório n.º 1-AE/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção). Matrícula n.º 2499/820831; identificação de pessoa colectiva n.º 501309845; inscrição n.º 38; data da apresentação: 23 de Abril de 2003.

Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (2.ª Secção):

Certifica, que foi depositado na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2002.

Está conforme o original.

Lisboa, 24 de Julho de 2003. — A Escriturária Superior, Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes.

Relatório e contas de 2002

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Caixa Geral de Depósitos, S. A., representada por José Lourenço Soares.

Secretário: Caixa Participações — SGPS, S. A., representada por Salomão Jorge Barbosa Ribeiro.

Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A., representada por Vítor Manuel Dinis Lopes.

Conselho de administração:

Presidente: Fernando Dias Nogueira, nomeado por Caixa Participações — SGPS, S. A.

Vice-presidente: José Gomes Pedro.

Administradores:

João Vieira Gomes de Abreu.

Gracinda Augusta Figueiras Raposo.

António Manuel Silva Vila Cova.

Fiscal único:

Revisor oficial de contas: Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Manuel de Oliveira Rego.

Revisor oficial de contas suplente: Patrício Mimoso e Mendes Jorge — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Fernandes Mendes Jorge.

Secretário da sociedade:

José Manuel Rodrigues Lourenço.

Suplente: Maria Inês B. S. V. A. Coutinho Wink Cruz.

Auditores: Deloitte & Touche.

Órgãos de estrutura e responsáveis

Direcção Comercial do Norte: Maria Gorete Gonçalves F. Rato.

Direcção Comercial do Centro: Olegário Pedrosa Angélico.

Direcção Comercial de Lisboa: António Fernando de Jesus Nabais.

Direcção Comercial do Sul e Regiões: José António F. Silva Barbosa Autónomas:

Direcção Operacional:

Lucília Maria Fernandes R. Mendes.

José Manuel Mota Bento.

Carlos Alberto G. Coelho dos Santos.

Direcção Financeira:

José Hipólito O. André Figueiras.

Joaquim José Gomes Mira.

Direcção de Informática e Organização: Vítor Manuel Ângelo Condeço.

Direcção de Recursos Humanos e Administrativos: Fernando António Salsinha Amador.

Núcleo de Gestão de Risco: Manuel Pires Valente.

Gabinete Jurídico e Contencioso: Ana Maria Vieira M. J. Freire Oliveira Pinto.

Gabinete de Planeamento, Auditoria e Controlo de Gestão: José Manuel Rodrigues Lourenço.

Gabinete de Marketing, Comunicação e Imagem: José Manuel Rodrigues Lourenço.

Relatório do conselho de administração**Enquadramento macroeconómico e sectorial**
(fonte: Banco de Portugal)

O ano de 2002 ficou caracterizado por uma forte desaceleração da actividade económica, com o PIB a crescer apenas 0,5% em termos reais, contra 1,8% em 2001. De facto, o abrandamento da economia portuguesa, que se verificou gradualmente e ao longo do ano, abrangeu a generalidade das componentes da despesa e dos sectores produtivos.

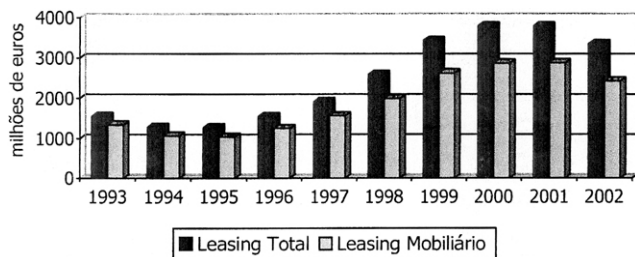
O enquadramento externo revelou condições globalmente desfavoráveis, continuando a assistir-se a uma deterioração acentuada das condições dos mercados financeiros implicando que, num contexto de inflação moderada e crescentes dúvidas quanto ao dinamismo da recuperação económica, as autoridades monetárias das principais economias avançadas tivessem decidido manter inalteradas as suas taxas de juros oficiais. As taxas de juro do mercado monetário apresentaram uma evolução bastante diferenciada, reflectindo esse grau de incerteza. Após um rápido movimento ascendente das taxas Euribor no início do ano, a manutenção do arrefecimento económico na zona euro induziu a uma gradual redução das taxas do mercado a partir do mês de Maio, redução essa que se intensificou no último trimestre do ano. Assim, a Euribor registou uma quebra em todos os prazos de vencimento que se situou, em média, no intervalo entre 0,5 e 1 ponto percentual.

O investimento das empresas voltou a registar uma redução reflectindo as perspectivas pouco favoráveis da evolução da procura interna e externa, restrições associadas aos elevados níveis de endividamento atingidos nos últimos anos e, ainda, níveis menos elevados de utilização da capacidade produtiva. A FBCF registou um decréscimo mais acentuado que no ano anterior e que será comum a todas as suas componentes (material de transporte, máquinas e equipamentos e construção), devendo situar-se na ordem dos — 4%. A taxa de inflação em Portugal deverá registar um valor na ordem dos 3,7%, o que constitui uma redução face aos 4,4% de 2001.

O sector da locação financeira, que apresenta uma forte correlação com a evolução do investimento, registou, em 2002, um crescimento negativo.

O segmento mobiliário, com uma produção de apenas 2431,5 milhões de euros, foi o principal responsável por essa evolução, apresentando um decréscimo de — 15,8% face ao ano anterior.

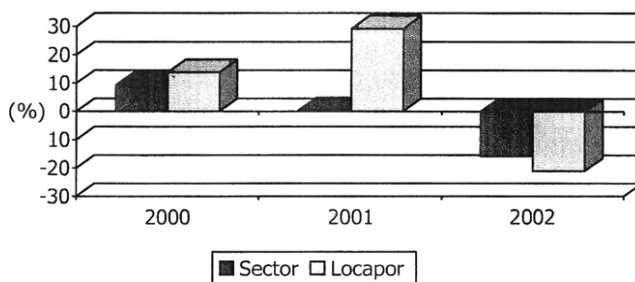
Esta evolução negativa foi registada pela generalidade das empresas que compõem o sector do *leasing* mobiliário.

Sector da locação financeira

Apesar dos constrangimentos económicos e do fenómeno de concentração e reestruturação dos principais grupos financeiros, o sector manteve o mesmo número de empresas de 2001, tendo surgido, em 2002, duas novas operadoras no mercado.

Os cinco principais grupos financeiros mantêm o domínio do mercado, com mais de 70% dos valores realizados, embora a sua representatividade tenha vindo a diminuir nos últimos quatro anos (em 1999 detinham cerca de 80% do mercado).

Em termos médios o valor da operação realizada foi idêntico ao do ano anterior, 35 milhares de euros, ou seja, o número de operações realizadas acompanhou a evolução negativa registada nos valores contratados.

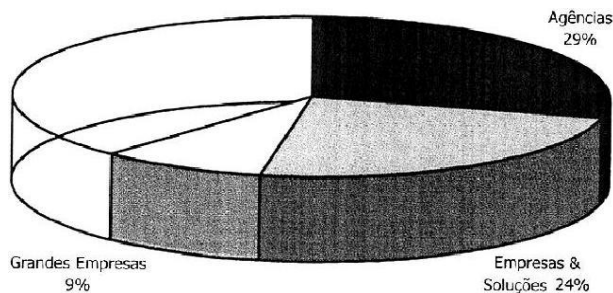
Mercado de locação mobiliária (taxa de variação)

O decréscimo de actividade verificado na Locapor face ao ano anterior (— 21%), condicionou um ajustamento na sua quota de mercado, que se situou em 12,4% (13,2% em 2001), mantendo, no entanto, o 3.º lugar no *ranking* das empresas que actualmente operam no sector.

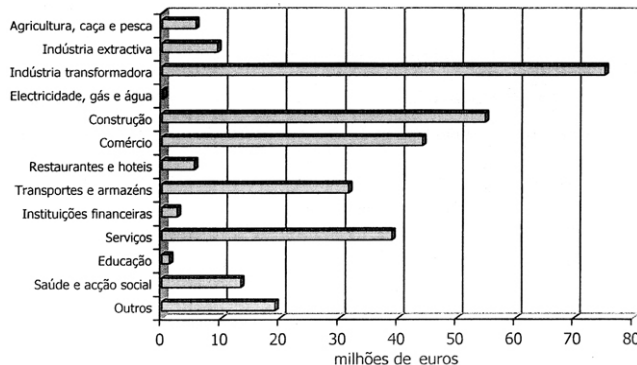
Actividade da empresa**Actividade comercial**

A actividade comercial da Locapor, em 2002, reflectiu uma desaceleração progressiva ao longo do ano.

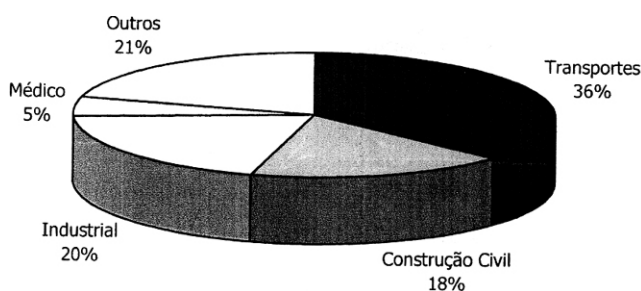
Foram realizados 5778 contratos, no montante de 300,875 milhões de euros. Apesar de se ter efectuado durante o ano um esforço de concentração da produção em operações de menor montante, a existência de algumas operações envolvendo investimentos de valor significativo, condicionaram o valor médio por contrato que se situou em 52 000 euros (50 000 euros em 2001).

Peso do canal bancário na produção total

As redes comerciais bancárias continuaram a ser o principal canal angariador realizando 4087 operações no valor de 185,95 milhões de euros, o que representa cerca de 62% da produção total.

Distribuição da produção por actividade económica

No decurso de 2002 as actividades económicas que privilegiaram o *leasing* mobiliário como forma de financiamento continuaram a ser a indústria transformadora, a construção e o comércio que, no seu conjunto, representaram 58% da produção total.

Distribuição da produção por tipo de equipamento

Quanto à tipologia dos equipamentos financiados, os equipamentos de transportes, de construção civil e o equipamento específico para a indústria representaram 74% das operações concretizadas.

Organização e recursos humanos

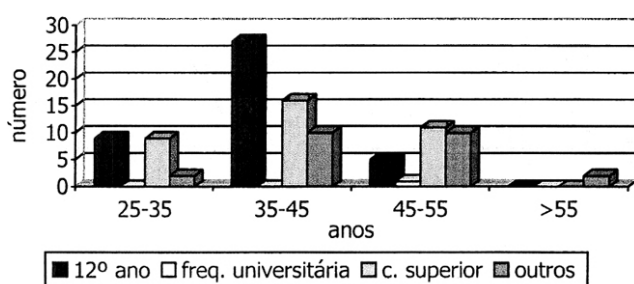
A par do normal funcionamento da empresa a reorganização das empresas de crédito especializado do Grupo Caixa Geral de Depósitos implicou a reafecção de tarefas e remodelação de procedimentos e originou, pontualmente, a revisão da estrutura orgânica inicialmente aprovada, de modo a adequá-la ao formato que melhor resposta aos níveis esperados de eficiência e produtividade.

Neste contexto e à semelhança do já registado para as áreas de *back-office*, as direcções comerciais da locação financeira passaram a ser comuns, assegurando, desta forma, o ganho das sinergias decorrente de um esforço comercial conjunto, ao mesmo tempo que se adequou a rede interna às redes comerciais bancárias.

Ainda no âmbito das melhorias operadas, foram criadas as funções de organização e de auditoria, integradas, respectivamente, nos novos órgãos de estrutura designados como Direcção de Informática e Organização e Gabinete de Planeamento, Auditoria e Controlo de Gestão.

Por outro lado, foram revistas as competências de decisão por forma a agilizar e introduzir um maior dinamismo na rede comercial e potenciar a sua função de apoio e animação das redes comerciais bancárias, sem perder de vista a qualidade do crédito a conceder.

O objectivo final do processo de reestruturação organizacional ficaria, certamente, comprometido com a existência de plataformas de informação diferentes para os dois negócios da locação financeira. Neste contexto, foi decidida a uniformização da plataforma informática, tendo-se iniciado, em Outubro, o projecto de migração de dados e a implementação do sistema LEASE no negócio do *leasing*. Todo este processo implicará um esforço suplementar de adaptação de toda a empresa, a um novo ambiente de trabalho, quer ao nível informático quer ao nível dos procedimentos.

Distribuição do pessoal por idade/habilitações**Síntese de indicadores**

(Em milhares de euros)

Indicadores de dimensão:

	2002	2001	Variação (percentagem)
Activo líquido total	609 200	603 918	0,9
Crédito concedido	592 650	578 214	2,5
Crédito sobre clientes	599 753	584 934	2,5
Capital social	10 000	10 000	—
Capitais próprios	46 155	45 103	2,3

Em 31 de Dezembro de 2002, faziam parte do quadro da empresa 102 colaboradores, com uma média etária de 42 anos, dos quais 37% eram detentores de formação académica superior.

O grupo etário entre os 35 anos e os 45 anos ocupa posição preponderante no total de trabalhadores da organização, representando 52%.

Investimento e recursos financeiros

No decurso de 2002 o investimento em imobilizado totalizou 514,6 milhares de euros, dos quais 29% na componente de equipamento informático e 70% na componente de *software*.

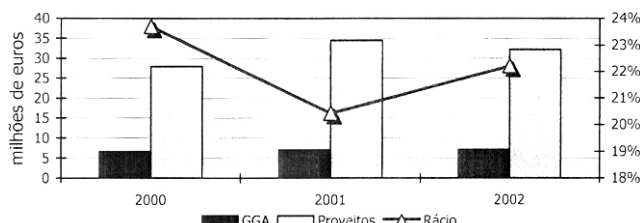
Para além dos recursos provenientes da actividade, os financiamentos bancários assumiram-se como a principal fonte de captação de *funding*, correspondendo 93,75 milhões de euros de mútuos, 4,55 milhões de euros do mercado monetário interbancário e 21,7 milhões de euros de contas correntes. Ao longo de 2002, a Locapor amortizou empréstimos no montante de 61,6 milhões de euros.

A taxa de juro, enquanto componente fundamental do custo do *funding*, assumiu-se como uma variável exógena fundamental para o estabelecimento de uma política de refinanciamento. A Euribor a três meses registou ao longo do ano um trajecto descendente, situando-se aquela taxa em 2,907% em 31 de Dezembro de 2002, quando no período homólogo do ano anterior era de 3,38%. Esta tendência de diminuição não teve um impacto directo nas taxas activas praticadas na empresa, já que a situação conjuntural e o próprio mercado foram favoráveis a um ajustamento dos prémios de risco.

Análise económica e financeira

Apesar da diminuição registada na actividade comercial a evolução da margem financeira foi positiva por via da diminuição dos custos financeiros em consequência da redução conseguida na taxa passiva.

O aumento das comissões relativas à angariação de operações e as perdas com a regularização de dívidas de alguns clientes, contabilizadas em outros custos de exploração, reflectiram-se negativamente no produto da actividade que diminuiu 12% face ao ano anterior.

Peso dos gastos gerais administrativos nos proveitos de exploração

Os custos operacionais registaram acréscimos ligeiros face ao ano anterior, aumentando, no entanto, o respectivo peso no total dos juros e proveitos equiparados, em virtude da diminuição destes últimos.

O movimento das provisões do exercício saldou-se num reforço de 5,3 milhões de euros, mais 10% que a dotação do ano anterior. Estão incluídos nesta rubrica 465 milhares de euros correspondentes a um reforço de mais 25% da provisão para imobilizações financeiras, criada em 2001, decorrente da participação nas Sociedades Sanjimo e Gestinsua constituídas no decurso do processo especial de recuperação da empresa Oliva. Foi, ainda, feito um reforço suplementar de 900 milhares de euros para outros riscos e encargos traduzindo, este último, uma política prudencial na gestão do risco da carteira de crédito.

Os meios libertos aumentaram 12%, traduzindo uma maior liquidez na exploração da empresa.

(Em milhares de euros)

	2002	2001	Variação (percentagem)
Indicadores de exploração:			
Juros e proveitos equiparados	32 268	34 537	— 6,6
Margem financeira	12 823	12 701	1,0
Resultado da actividade corrente	1 068	3 429	— 68,8
Resultados líquidos	1 177	897	31,2
Cash-flow	6 788	6 050	12,2
Indicadores prudenciais:			
Provisões para crédito e juros vencidos	7 466	4 899	52,4
Grau de provisionamento (percentagem)	51	42	(a) 9,0
Outras provisões para riscos e encargos gerais	11 040	9 693	13,9
Solvabilidade (percentagem)	8	7	(a) 0,1
Indicadores de rentabilidade (percentagem):			
Rentabilidade do capital social	12	9	(a) 2,8
Rentabilidade dos capitais próprios	3	2,0	(a) 0,6
Rentabilidade do activo total	0,2	0,1	—

(a) Pontos percentuais.

Traduzindo a melhoria da margem financeira, decorrente do aumento da rentabilidade das operações realizadas no ano, a contenção dos custos operacionais e a obtenção de ganhos extraordinários que compensaram o acréscimo verificado no nível das provisões, a actividade económica e financeira da Locaport verificou uma recuperação traduzida no crescimento do resultado líquido que ascendeu a 1,18 milhões de euros, após uma dotação para Imposto sobre lucros de 786 milhares de euros.

O activo líquido da Locaport, em 31 de Dezembro de 2002, reflectindo os menores valores financiados ao longo do ano decorrentes da diminuição da produção, apresentou um crescimento de 1%, face ao ano anterior.

Os créditos sobre clientes representam 98,5% do total.

A rubrica de crédito e juros vencidos aumentou 25%, quando comparada com o ano anterior, traduzindo as dificuldades de cumprimento das obrigações financeiras sentidas pelo tecido empresarial, resultantes da evolução da situação da conjuntura. O grau de provisionamento desta rubrica aumentou consideravelmente face ao ano anterior, situando-se em 51%.

Em consonância com a evolução registada nos resultados, a rentabilidade dos capitais próprios revela uma melhoria face ao ano anterior, situando-se em 3%.

Perspectivas de evolução

O desempenho económico do país ao longo do ano de 2003 será caracterizado por um crescimento próximo do estimado para 2002 em termos médios, embora esteja implícita uma aceleração da actividade ao longo do ano.

Em termos reais projecta-se uma nova queda do investimento embora menos acentuada do que a estimada para 2002. Esta evolução incorpora uma redução significativa do investimento público contemplando ainda uma redução, embora não tão acentuada, do investimento empresarial, quer na sua vertente de investimento em habitação, quer na sua vertente de investimento empresarial.

Relativamente à inflação espera-se uma descida, reflectindo o posicionamento cíclico da economia portuguesa e a ausência de pressões inflacionistas no enquadramento externo da economia portuguesa.

Obviamente que todo este enquadramento está assente na incerteza que rodeia a evolução da situação económica internacional e da possibilidade de se agravarem factores de tensão como a eclosão de conflitos armados com efeitos muito difíceis de antecipar.

Paralelamente a este enquadramento económico, o processo de reestruturação interna continuará ao longo do ano nas suas múltiplas vertentes, proporcionando a modernização da organização.

Os objectivos definidos para 2003, reflectem a preocupação de se alcançar um posicionamento competitivo através da obtenção de

níveis superiores de produtividade e de qualidade dos serviços prestados.

A actualização técnica dos colaboradores, enquadrada nas novas funções, proporcionada por formação interna e externa, terá particular relevância ao longo do ano, assumindo um papel de destaque na obtenção dos níveis de eficácia exigidos.

Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos da Locaport — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A., ascenderam, no final do exercício de 2002, a 1 176 733,49 euros.

Considerando o disposto no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

117 673,35 euros para reforço da reserva legal.

1 059 060,14 euros à disposição da assembleia geral.

Considerações finais

Ao finalizar o relatório da actividade da empresa referente ao exercício de 2002, o conselho de administração expressa uma menção de agradecimento às entidades e às pessoas que ao longo do ano apoiaram a actividade desenvolvida, contribuindo para os resultados obtidos, nomeadamente:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram;

Ao accionista pelo apoio, colaboração e interesse com que acompanhou a actividade da empresa;

Às direcções da Caixa Geral de Depósitos, e muito em particular às redes comerciais, pelo apoio e empenhamento colocados na venda do produto *leasing*, às autoridades monetárias pelo apoio e colaboração recebidos;

À generalidade das instituições de crédito pelo excelente relacionamento estabelecido;

Ao fiscal único e ao auditor externo pela colaboração prestada;

Aos colaboradores pelo esforço, dedicação e competência demonstrados.

De acordo com o disposto na legislação, declara-se não ter a sociedade quaisquer dívidas em atraso ao sector público estatal, incluindo a segurança social, nem deter acções ou / obrigações próprias.

Lisboa, 6 de Março de 2003. — O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador.

Anexo ao relatório do conselho de administração**Posição accionista dos membros dos órgãos sociais**

Informação sobre a participação dos membros do conselho de administração e do fiscal único na sociedade (artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais):

	Acções	Obrig.
Conselho de administração:		
Fernando Dias Nogueira [nomeado por Caixa Participações — SGPS, S. A. (a)]	—	—
José Gomes Pedro	—	—
João Vieira Gomes de Abreu	—	—
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	—	—
António Manuel Silva Vila Cova	—	—
Fiscal único:		
Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (representada por Manuel de Oliveira Rego)	—	—

(a) A Caixa Participações — SGPS, S. A., de que é representante neste conselho de administração, não era detentora de obrigações à data de 31 de Dezembro de 2002, nem efectuou quaisquer onerações ou cessações de titularidade durante o ano de 2002.

Estrutura accionista

Accionistas titulares de pelo menos um décimo do capital social (n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais):

Accionista	Número de acções	Percent. de direito de voto
Caixa Empresas de Crédito — SGPS, S. A.	2 000 000	100

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

Notas	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7	—	7	6
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	13	—	13	116
Créditos sobre clientes	3 e 11	607 218	7 466	599 753
Participações	4	—	—	584 934
Partes de capital em empresas coligadas	4	374	374	—
Imobilizações incorpóreas	5	446	102	344
Imobilizações corpóreas	5	5 938	2 957	2 981
(Das quais: imóveis)		(3 626)	(1 050)	(2 576)
Outros activos	6	6 481	3 597	2 884
Contas de regularização	7	3 217	—	3 217
<i>Total do activo</i>		623 694	14 495	609 200
				603 918

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito	8	540 282	539 886
Débitos representados por títulos		—	—
Outros passivos	9	6 970	3 834
Contas de regularização	10	4 753	5 402
Provisões para riscos e encargos	11	11 040	9 693
Fundo para riscos bancários gerais	11	—	—
Capital subscrito	12	10 000	10 000
Prémios de emissão	13	14 454	14 454
Reservas	13	18 281	17 508
Reserva de reavaliação	13	2 244	2 244
Lucro do exercício	13	1 177	897
<i>Total do passivo e situação líquida</i>		609 200	603 918

(971) 1 — Activos recebidos em garantia — 6230.

(996) 2 — Rendas vincendas e valores residuais — 628 844.

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2002

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	Notas	2002	2001
A) Custos			
Juros e custos equiparados	15	19 445	21 837
Comissões		391	340
Prejuízos em operações financeiras		—	2
Gastos gerais administrativos:			
a) Custos com pessoal	16	4 267	4 072
Dos quais:			
(— salários e vencimentos)		(3 267)	(3 048)
(— encargos sociais)		(984)	(960)
b) Outros gastos administrativos		2 646	2 713
Amortizações do exercício	5	250	270
Outros custos de exploração	17	2 332	1 702
Provisões para crédito vencido e para outros riscos	11	5 361	3 168
Provisões para imobilizações financeiras	11	—	1 716
Resultado da actividade corrente		1 068	3 429
Perdas extraordinárias	18	4	10
Impostos sobre lucros	14	786	2 586
Outros impostos		93	89
Lucro do exercício		1 177	897
Total		36 752	39 402

CRÉDITO

	Notas	2002	2001
B) Proveitos			
Juros e proveitos equiparados	15	32 268	34 537
Comissões		54	49
Lucros de operações financeiras		—	—
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valores relativos a créditos e provisões para passivos eventuais e compromissos	11	—	—
Outros proveitos de exploração	17	3 439	4 661
Ganhos extraordinários	18	991	154
Total		36 752	39 402

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Demonstração de fluxos de caixa de 31 de Dezembro de 2002

(Em milhares de euros)

	2002
Actividades operacionais:	
Recebimentos de clientes	357 356
Pagamentos a fornecedores	— 341 894
Pagamentos ao pessoal	— 4 054
Fluxo gerado pelas operações	11 408
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	— 1 214
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	4 266
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	14 459
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	13
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	— 3
Fluxos das actividades operacionais	14 469

(Em milhares de euros)

	2002
Actividades de investimento:	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizações corpóreas	34
Imobilizações incorpóreas	—
Subsídios de investimento	—
Juros e proveitos similares	—
Outros	—
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	—
Imobilizações corpóreas	— 147
Imobilizações incorpóreas	— 296
Outros	—
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	— 409
Actividades de financiamento:	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	301 718
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	—
Subsídios e doações	—
Venda de acções (quotas) próprias	—
Cobertura de prejuízos	—
Outros	—
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	— 295 832
Amortizações de contratos de locação financeira	—
Juros e custos similares	— 19 924
Dividendos	— 125
Reduções de capital e prestações complementares	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	—
Outros	—
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	— 14 162
Variação de caixa e seus equivalentes	— 102
Efeito das diferenças de câmbio	—
Caixa e equivalentes no início do período	122
Caixa e equivalentes no fim do período	20

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

1 — Não se verificou qualquer aquisição ou alienação de filiais ou outras actividades empresariais relevantes.

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Numerário	7	6
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	13	116
Equivalentes de caixa	—	—
Caixa e seus equivalentes	20	122
Outras disponibilidades	—	—
Disponibilidades constantes no balanço	20	122

3:

- a) A Locaport tinha disponível junto do sistema bancário, facilidades de crédito por utilizar no montante de cerca de 58 milhões de euros;
- b) Não se procedeu à compra de qualquer empresa através da emissão de acções;
- c) Não foram convertidas dívidas em capital.

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Demonstração dos resultados por funções

(Em milhares de euros)

	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	32 268	34 537
Juros e custos equiparados	— 19 445	— 21 837
Margem financeira	12 823	12 701
Provisões para riscos de crédito, líquidas	— 3 880	— 2 160
Margem financeira líquida	8 943	10 541
Comissões líquidas	— 337	— 291
Operações financeiras	—	— 1
Outros proveitos e custos de exploração	1 107	2 959
Margem de serviços	770	2 668
Resultado operacional antes de custos administrativos.	9 713	13 208
Custos com o pessoal	— 4 267	— 4 072
Outros gastos administrativos	— 2 646	— 2 713
Amortizações	— 250	— 270
Custos administrativos	— 7 164	— 7 055
Resultado operacional	2 549	6 153
Outras provisões	— 1 480	— 2 724
Resultados extraordinários	988	143
Outros impostos	— 93	— 89
Resultado antes dos impostos sobre lucros	1 963	3 483
Impostos sobre lucros	— 786	— 2 586
Resultado líquido do exercício	1 177	897
Resultado líquido por acção	0,0006	0,0004

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Anexo às demonstrações financeiras

(De acordo com o capítulo VI
do Plano de Contas para o Sistema Bancário)

1 — Não foram realizados ajustamentos relativamente aos valores publicados no exercício de 2001, que possam afectar uma correcta comparabilidade com os do exercício de 2002.

2 — Não se verificaram situações em que valores constando de uma rubrica do balanço, pudessem ser, no todo ou em parte, incluídas noutras rubricas.

3 — Os critérios de avaliação aplicados e os métodos de cálculo utilizados são os estabelecidos no PCSB, encontrando-se explicitados no n.º 2 das notas às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações aos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.

5 — À data do encerramento das contas não se conhecem diferenças entre as avaliações usadas para apuramento dos valores do balanço e as que se verificaram para os mesmos bens.

6 — A discriminação das participações financeiras da Locapor encontra-se explicitada no ponto 4 das notas às demonstrações financeiras.

7 — À data do encerramento não existiam quaisquer obrigações e outros títulos de rendimento fixo em carteira.

8 e 9 — Os créditos sobre empresas coligadas, incluídos na rubrica de créditos sobre clientes do activo, encontram-se referidos no n.º 3 e n.º 4 das notas às demonstrações financeiras.

10 — A Locapor detém uma quota de 374 098,42 euros, na Locarent, correspondente a uma participação financeira de 75%.

11 — Os movimentos e saldos do activo imobilizado são explicitados no n.º 5 das notas às demonstrações financeiras.

12 — Não existiam à data do encerramento activos subordinados.

13 — Não existiam activos cedidos com acordo de recompra.

14 — A rubrica do activo, créditos sobre clientes está explicitada em função da sua duração residual, no n.º 3 das notas às demonstrações financeiras.

15 — Não foi efectuada qualquer reavaliação durante o exercício.

16 — O valor do imobilizado incorpóreo está discriminado no ponto 5 das notas às demonstrações financeiras.

17 — Não se verificaram correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — O valor da rubrica do passivo, débitos para com instituições de crédito, encontra-se explicitado em função da duração residual no n.º 8 das notas às demonstrações financeiras.

19 — Não existiam quaisquer obrigações em circulação à data de 31 de Dezembro de 2002.

20 — Não existiam valores em débito para com a empresa participada.

21 — Os débitos perante empresas coligadas estão referidos no n.º 8 das notas às demonstrações financeiras.

- 22 — Não existiam passivos subordinados.
- 23 — O montante dos compromissos assumidos pela sociedade, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, consta do n.º 24 das notas às demonstrações financeiras.
- 24 — As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência estão explicitadas no n.º 16 das notas às demonstrações financeiras.
- 25 — Os saldos de provisões são apresentados no n.º 11 das notas às demonstrações financeiras.
- 26 e 26-A — A Locapor não detinha em carteira quaisquer títulos para negociação, dispondo apenas da participação financeira referida na nota n.º 10 supra.
- 27 — Os saldos das contas de despesas com custo diferido, proveitos a receber, receitas com proveito diferido e custos a pagar estão indicados nos n.ºs 7 e 10 das notas às demonstrações financeiras.
- 28 — Não existia carteira de títulos à data de 31 de Dezembro de 2002.
- 29 — Não se registou qualquer emissão de acções.
- 30 — Não existiam partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares.
- 31 — A natureza e valor dos principais elementos patrimoniais que integram as rubricas, outros activos e outros passivos estão indicados nos n.ºs 6 e 9 das notas às demonstrações financeiras.
- 32 — A Locapor não administra quaisquer fundos em nome próprio, por conta de terceiros.
- 33 — Não existiam operações de compra e venda a prazo.
- 34 — O efectivo médio anual de trabalhadores ao serviço está explicitado no n.º 19 das notas às demonstrações financeiras.
- 35 — As remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, explicitam-se no n.º 20 das notas às demonstrações financeiras, não existindo quaisquer responsabilidades em matéria de pensões de reforma nem quaisquer adiantamentos, créditos ou compromissos tomados por conta das referidas pessoas a título de uma garantia de qualquer espécie.
- 36 — A Locapor faz a gestão de uma carteira de contratos de locação financeira provenientes da liquidação da Sociedade Portuguesa de Leasing, que em Dezembro de 2002 ascendiam a 30 493 882,30 euros.
- 37 — Não existiam no balanço montantes expressos em moeda externa.

38 — Os proveitos correntes gerados pela actividade da sociedade foram realizados no continente e regiões autónomas dos Açores e Madeira.

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração e perdas e ganhos extraordinários estão desenvolvidos nos n.ºs 17 e 18 das notas às demonstrações financeiras.

40 — Não existiam passivos subordinados.

41 — Carga fiscal — as imputações e os pagamentos referentes aos exercícios de 2002, 2001 e 2000 estão discriminadas no ponto 14 das notas às demonstrações financeiras.

42 — A proporção de incidência do imposto sobre os lucros nos resultados correntes e nos resultados extraordinários é de 41,4% e — 1,4%, respectivamente.

43 — As contas da sociedade, são consolidadas nas contas da Caixa Geral de Depósitos, com sede na Avenida João XXI, 63, 1000-300 Lisboa.

44 — A Locapor não tem quaisquer empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia.

45 — Enquanto locatária, a Locapor não tem relevado qualquer valor na conta de imobilizações.

46 — A Locapor não tem quaisquer valores relevados nesta rubrica.

47 — Considerando a actividade desenvolvida e a estrutura do sistema de informação, não é possível individualizar os resultados por transacção.

48 — A Locapor não efectuou nenhuma operação de titularização.

49 — As informações de natureza quantitativa e qualitativa sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma encontram-se explicitadas no n.º 16 das notas às contas.

50 — O valor de aquisição da quota da Locarent foi de 374 098,42 euros, encontrando-se totalmente provisionado.

51 — Nada mais a acrescentar sobre a situação financeira, o risco e os resultados.

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO					(Em euros)
Notas	Activo bruto	2002		2001	
		Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	7 182	—	7 182	5 844	
Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	12 849	—	12 849	116 161	
Créditos sobre clientes	3 e 11 607 218 425	(7 465 511)	599 752 014	584 934 092	
Participações	4 —	—	—	15 994	
Partes de capital em empresas coligadas	4 374 098	(374 098)	—	—	
Imobilizações incorpóreas	5 445 747	(102 088)	343 659	63 499	
Imobilizações corpóreas	5 5 938 009	(2 956 620)	2 981 389	3 029 473	
(Das quais: imóveis)	(3 626 203)	(1 050 134)	(2 576 069)	(2 653 458)	
Outros activos	6 6 480 726	(3 596 506)	2 884 220	12 331 048	
Contas de regularização	7 3 217 395	—	3 217 395	3 422 185	
<i>Total do activo</i>	<i>623 694 431</i>	<i>(14 494 823)</i>	<i>609 199 608</i>	<i>603 918 296</i>	

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Notas	2002	2001
Débitos para com instituições de crédito	8	540 281 620	539 886 399
Outros passivos	9	6 970 273	3 834 287
Contas de regularização	10	4 752 726	5 402 093
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões	11	11 039 772	9 692 533
Capital subscrito	12	10 000 000	10 000 000
Prémios de emissão	13	14 453 567	14 453 567
Reservas	13	18 280 795	17 508 290
Reserva de reavaliação	13	2 244 122	2 244 122
Resultado líquido do exercício	13	1 176 733	897 005
<i>Total do passivo e situação líquida</i>		609 199 608	603 918 296

Rubricas extrapatrimoniais

	2002	2001
Activos recebidos em garantia	6 230 416	6 230 416
Rendas vincendas e valores residuais	628 844 148	622 981 998

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	(Em euros)	
	2002	2001
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	357 356 320	319 678 207
Pagamentos a fornecedores	(341 894 170)	(425 461 124)
Pagamentos ao pessoal	(4 054 439)	(3 927 288)
Fluxo gerado pelas operações	11 407 711	(109 710 205)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(1 214 396)	(1 279 057)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	4 265 952	14 298 000
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	14 459 267	(96 691 262)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	13 203	153 699
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(3 075)	(10 478)
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	14 469 395	(96 548 041)
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	34 118	284 931
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(147 337)	(140 000)
Imobilizações incorpóreas	(295 660)	—
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	(408 879)	144 931
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	301 718 000	348 965 568
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(295 832 004)	(229 000 913)
Juros e custos similares	(19 923 986)	(21 991 605)
Dividendos e distribuição aos colaboradores	(124 500)	(1 536 991)
<i>Fluxos das actividades de financiamento</i>	(14 162 490)	96 436 059

(Em euros)

	2002	2001
Aumento de caixa e seus equivalentes	(101 974)	32 949
Caixa e equivalentes no início do período	122 005	89 056
Caixa e equivalentes no fim do período	20 031	122 005

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Montantes expressos em euros)

1 — Actividade económica:

A Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A. (companhia) tem por objecto o exercício da actividade de locação financeira mobiliária, podendo também realizar as operações acessórias permitidas por lei às sociedades de locação financeira.

A companhia foi constituída em 6 de Maio de 1982, de acordo com a autorização concedida por portaria do Ministério das Finanças e do plano de 21 de Abril desse ano, tendo iniciado a sua actividade em Maio de 1982.

Para o desenvolvimento da sua actividade, a companhia conta com a sua sede em Lisboa e com dez delegações distribuídas pelo País.

A sociedade é detida pela Caixa Empresas de Crédito — SGPS, S. A. (Caixa Crédito — SGPS), uma subsidiária da Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD) (nota n.º 12), a qual funciona também como angariadora de operações de locação financeira.

As contas da companhia são consolidadas a nível da CGD.

2 — Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da companhia, mantidos em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário e as normas relativas à contabilização das operações das sociedades de locação financeira estabelecidas pelo Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 estão pendentes de aprovação pela assembleia geral. No entanto, o conselho de administração da companhia admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Créditos sobre clientes:

Crédito concedido:

O custo dos bens locados, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira. De acordo com este método, a amortização calcula-se tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos.

Esta rubrica regista igualmente os adiantamentos por conta do fornecimento de bens de equipamento que se destinem a ser objecto de contratos de locação financeira.

Crédito e juros vencidos:

Nesta rubrica são registados o capital, juros e outros valores vencidos incluídos nas rendas por cobrar relativas a contratos de locação financeira ainda em vigor. Estes montantes são classificados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

O capital, os juros e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato de locação financeira, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira em que os respectivos contratos tenham sido rescindidos, mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. O valor registado em crédito e juros vencidos, inclui também o capital vincendo na data da rescisão.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas vencidas, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

b) *Provisões para crédito e juros vencidos, para crédito de cobrança duvidosa, para riscos gerais de crédito e para outros riscos e encargos:*

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança de capital, juros e outros valores vencidos, relativos a contratos de locação financeira. Esta provisão cumpre o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, que estabelece as percentagens mínimas de provisão, segundo a antiguidade dos saldos vencidos e não cobrados e a existência ou não de garantias.

Para efeito da constituição de provisões, o valor de mercado dos bens locados é considerado como uma garantia real. Para os bens relativos a contratos celebrados com clientes cuja responsabilidade seja inferior a • 99.760, o respectivo valor de mercado é calculado com base no custo de aquisição dos bens, líquido das amortizações acumuladas calculadas pelo método das quotas constantes, com uma aceleração de 50% das taxas de reintegração e amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

Para os bens relativos a contratos celebrados com clientes cuja responsabilidade seja superior a 99 760 euros, o respectivo valor de mercado é calculado com base em avaliação casuística efectuada por entidades independentes.

Na ausência da respectiva avaliação, o valor de mercado considerado é nulo.

ii) Provisão para crédito de cobrança duvidosa:

Destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do capital vincendo relativo a contratos que apresentem prestações em mora de capital e juros ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho, considera-se como crédito de cobrança duvidosa o capital vincendo relativo a contratos ou a clientes cujos valores vencidos excedam 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem mínima permitida pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média de cobertura do crédito vencido por provisões, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para riscos gerais de crédito:

A provisão para riscos gerais de crédito, cujo valor satisfaz as orientações do Banco de Portugal fixadas no aviso acima mencionado, destina-se a fazer face aos riscos associados à realização do crédito concedido relativo a contratos de locação financeira.

A provisão constituída corresponde a uma percentagem de 1% sobre o capital vincendo dos contratos de locação financeira mobiliária, excepto no que se refere aos contratos celebrados com particulares, para os quais a percentagem correspondente é de 1,5%, nos termos do aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

A base de cálculo são deduzidos os créditos relativos aos contratos realizados com entidades da administração pública e os créditos considerados no cálculo da provisão para créditos de cobrança duvidosa.

Nos exercícios de 2002 e 2001 apenas 50% das dotações líquidas de reposições desta provisão são aceites como custo fiscal. A partir de 2003 os reforços desta provisão deixarão de ser fiscalmente aceites como custo.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, esta provisão inclui um montante adicional de 4 554 475 euros e 3 654 475 euros, respectivamente, para fazer face aos riscos da carteira de crédito. Esta provisão não é aceite como custo fiscal.

iv) Provisão para outros riscos e encargos:

Trata-se de uma provisão destinada a fazer face a potenciais encargos resultantes de processos judiciais em curso e eventuais contingências. Inclui também a provisão para impostos diferidos [nota n.º 2, alínea f)]. Esta provisão não é aceite como custo fiscal.

c) *Anulação de juros.* — No âmbito das instruções do Plano de Contas para o Sistema Bancário, a Companhia anula os juros incluídos nas rendas em atraso, cujo montante exceda o presumível valor de mercado dos equipamentos, determinado da forma acima descrita, deduzido do capital vincendo dos respectivos contratos e acrescido dos valores de outras garantias existentes. Em 2002 e 2001 foram anulados proveitos nos montantes de 77 836 euros e 166 056 euros, respectivamente (nota n.º 15).

Adicionalmente, são anulados todos os juros facturados e não cobrados desde que incluídos numa classe de risco com antiguidade superior a 90 dias. Em 2002 e 2001 foram recuperados proveitos no montante de 21 471 euros e 597 515 euros, respectivamente (nota n.º 15).

d) *Aplicações por recuperação de créditos.* — Esta rubrica regista os bens recuperados no final dos contratos de locação financeira em virtude do não exercício pelo locatário do direito de adquirir a respectiva propriedade e os bens recuperados por motivo de resolução de contratos de locação financeira, desde que não estejam afectos ao serviço da companhia ou tenham sido objecto de relocação. O valor pelo qual estes bens são registados corresponde ao capital incluído nas prestações vincendas e valor residual dos contratos.

Caso o valor de mercado dos bens recuperados seja inferior aos montantes registados nesta rubrica, as respectivas menos-valias são provisionadas. O valor de mercado dos bens recuperados é calculado com base em avaliação casuística efectuada por entidades independentes.

Em 2002, e após pedido de informação vinculativa às autoridades fiscais, a companhia registou o valor das participações, suprimentos e prestações acessórias em duas empresas (Sanjimo — Sociedade Imobiliária, S. A. e Gestinsua — Aquisições e Alienações de Património Imobiliário e Mobiliário, S. A., adiante designadas por Sanjimo e Gestinsua) na rubrica de outras aplicações por recuperação de créditos, por se tratarem de activos recebidos em dação no âmbito do processo de recuperação de empresas da Oliva — Indústrias Metalúrgicas, S. A., (Oliva), no qual a Companhia está constituída como credora hipotecária desta última. Anteriormente, o valor da participação, dos suprimentos e prestações acessórias encontravam-se registados em participações [nota n.º 2, alínea e)] e em outros activos — suprimentos (nota n.º 6), respectivamente.

O valor inicialmente atribuído a estas participações e aos suprimentos e prestações acessórias que lhes foram concedidos correspondia ao valor de avaliação dos imóveis que lhes foram entregues quando da sua constituição. As avaliações foram efectuadas a pedido da comissão de credores em 1996. Em 2002 a companhia solicitou novas avaliações dos referidos imóveis, as quais indicaram a necessidade de reforço das provisões constituídas para estes activos em 465 000 euros. Em 31 de Dezembro de 2002, estas provisões ascendem a 2 180 781 euros (notas n.ºs 6 e 11), sendo aceites como custo fiscal.

e) *Participações.* — Em 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica correspondia à participação da companhia no capital da Sanjimo e Gestinsua, conforme referido na nota n.º 2, alínea d).

f) *Indemnizações.* — Quando ocorrem resoluções de contratos de locação financeira, para além do capital e juros vencidos e não pagos, juros de mora e outros encargos, a companhia tem direito a receber uma indemnização. As indemnizações são de 20% sobre as rendas vincendas e o valor residual dos equipamentos, nos casos em que a companhia retoma os bens, e correspondem à componente de capital das rendas vincendas acrescida de 10%, caso o locatário se torne proprietário dos mesmos.

g) *Partes do capital em empresas coligadas.* — Esta rubrica regista a participação no capital de uma empresa (Locarent — Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, Lda), dado o interesse da sua manutenção estar ligado à actividade da companhia e pelo facto da percentagem de participação exceder 20% do capital desta participada.

A quota representativa do capital desta empresa encontra-se registada ao custo de aquisição.

No exercício de 1997 a companhia provisionou integralmente esta participação financeira pelo facto da empresa ter apresentado resultados negativos nos três exercícios anteriores.

As demonstrações financeiras desta empresa não foram objecto de consolidação, pelo facto de se tratar de uma sociedade por quotas não supervisionada pelo Banco de Portugal e por não apresentar as características de sociedade de serviços auxiliares. Adicionalmente, a consolidação das suas contas não teria um efeito significativo na situação financeira da companhia.

h) *Imobilizações incorpóreas.* — Referem-se, essencialmente, a gastos com a aquisição de *software*, sendo amortizadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, durante um período de três anos.

i) *Imobilizações corpóreas.* — Os imóveis adquiridos até 31 de Dezembro de 1991 foram reavaliados em 1992, ao abrigo das disposições legais aplicáveis. O efeito líquido resultante desta reavaliação foi creditado na conta de reservas de reavaliação da situação líquida (nota n.º 13).

O restante imobilizado corpóreo encontra-se reflectido ao custo, líquido das amortizações acumuladas, as quais são calculadas segundo o método das quotas constantes por duodécimos, de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo. As taxas de amortização utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4-5
Instalações interiores	8-12
Equipamento de segurança	8
Material de transporte	4-5

As grandes reparações efectuadas em imóveis próprios, são amortizadas em dez anos.

Uma percentagem equivalente a 40% do aumento das amortizações que resultou da reavaliação registada pela companhia, não é considerada como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente para o sector financeiro em Portugal, não foram registados os impostos diferidos passivos relativos a esta situação.

j) *Especialização de exercícios:*

Proveitos das operações activas:

Os proveitos são relevados de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando gerados independentemente do momento do seu recebimento e reconhecidos numa base mensal.

Custos das operações passivas:

Os juros dos empréstimos são calculados dia a dia sobre os saldos devedores das contas de empréstimos e imputados ao respectivo período, independentemente do momento do seu pagamento.

Os juros dos empréstimos em moeda externa são registados tendo por base o endividamento na respectiva divisa.

Encargos com férias e subsídio de férias:

As férias e subsídio de férias e respectivos encargos sociais a pagar no decurso do ano seguinte, são contabilizados como custos a pagar, por montante igual ao total dos salários e encargos sociais em vigor no mês de Dezembro do exercício a que respeitam, acrescidos da percentagem prevista de aumento salarial a vigorar no ano do seu pagamento.

k) *Operações em moeda estrangeira.* — Os saldos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio médio indicativo do dia (*fixing*), divulgado pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais são registadas como custos ou proveitos, excepto as relativas a empréstimos obtidos para financiamento de contratos em moeda estrangeira realizados com clientes. Estas são registadas nas contas de regularização do activo ou do passivo, dado serem debitadas ou creditadas aos clientes, na data de vencimento das rendas dos respectivos contratos.

l) *Impostos diferidos.* — Na sequência da alteração do critério de contabilização das operações de locação financeira a partir de 1 de Ja-

neiro de 1994, resultaram diferenças que implicaram uma redução da situação líquida da companhia.

Atendendo a que não se encontrava previsto nas instruções do Banco de Portugal, a companhia não registou os impostos diferidos activos, correspondentes às diferenças resultantes da alteração do critério de contabilização que iriam ser deduzidas ao lucro tributável em exercícios futuros.

O Decreto-Lei n.º 420/93, de 28 de Dezembro, estabelece que os ajustamentos contabilísticos de transição não podem determinar um resultado fiscal diferente do que resultaria se não se procedesse aos mesmos. Assim, aos contratos de locação financeira celebrados até 31 de Dezembro de 1993 continua a aplicar-se o regime em vigor à data da sua celebração. As diferenças resultantes da alteração do critério de contabilização são consideradas para efeitos fiscais durante a vida desses contratos.

Em 31 de Dezembro de 1997, a companhia registou no âmbito do fundo para riscos bancários gerais, do passivo, uma provisão para impostos diferidos no montante de 1 047 476 euros, correspondente às diferenças resultantes da alteração do critério de contabilização aplicáveis aos contratos celebrados até 31 de Dezembro de 1993, a reflectir fiscalmente em exercícios subsequentes. No exercício de 2000

o montante remanescente foi transferido para a provisão, para outros riscos e encargos.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes acrescidos à matéria colectável ascenderam a aproximadamente 131 824 euros e 122 264 euros, respectivamente, tendo sido utilizada em 2002 e 2001 a provisão acima referida pelos montantes de 43 502 euros e 43 040 euros (nota n.º 11).

m) Pensões de reforma e sobrevivência. — Os trabalhadores da companhia estão inscritos na segurança social. No entanto, uma vez que em 1999 assumiu responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões de reforma, em 27 de Dezembro de 1999 a companhia constituiu um fundo de pensões para o efeito, cuja contribuição inicial ascendeu a 1 310 143 euros.

O custo relativo às responsabilidades por serviços passados encontra-se integralmente reconhecido. As contribuições efectuadas relativas ao valor actual de responsabilidades futuras encontram-se diferidas em contas de regularização do activo (nota n.º 7).

3 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Crédito concedido:		
Contratos celebrados	577 752 658	571 459 455
Adiantamentos por contratos a celebrar	13 567 086	6 754 847
Outros créditos	1 330 420	—
	592 650 164	578 214 302
Crédito e juros vencidos	14 568 261	11 619 079
	607 218 425	589 833 381
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 11)	(6 774 474)	(4 599 625)
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 11)	(691 037)	(299 664)
	(7 465 511)	(4 899 289)
	599 752 914	584 934 092

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de outros créditos corresponde ao valor do crédito concedido a empregados da companhia, destinado a financiar a aquisição ou beneficiação de habitação própria e outras despesas definidas por regulamento interno.

Em 31 de Dezembro de 2001, o valor destes empréstimos encontrava-se registado na rubrica de outros activos (nota n.º 6).

Para fazer face a problemas de realização do crédito concedido a companhia dispõe ainda de uma provisão para riscos gerais de crédito, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 ascendia a 10 412 042 euros e 9 354 537 euros, respectivamente, registada no âmbito das provisões para riscos e encargos, do passivo (nota n.º 11).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a distribuição do crédito concedido — contratos celebrados por sectores de actividade, era a seguinte:

	2002	2001
Indústrias transformadoras	151 983 031	145 269 773
Construção e obras públicas	103 866 188	108 697 729
Comércio, restaurantes e hotéis	87 331 934	83 736 407
Transportes, armazenagem e comunicação	78 216 027	83 308 245
Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas	49 878 509	42 388 786
Saúde, segurança social e administração pública	39 043 697	37 217 891
Indústrias extractivas	18 931 779	17 918 720
Serviços colectivos e sociais	17 323 307	15 072 325
Agricultura, suinicultura, caça e pesca	10 606 922	10 977 879
Bancos, instituições financeiras e seguros	8 173 873	9 236 369
Educação	2 255 703	2 720 731
Electricidade, gás e água	996 648	1 285 695
Outros	9 145 040	13 628 905
	577 752 658	571 459 455

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estavam incluídos nesta rubrica 7 244 929 euros e 8 402 642 euros, respectivamente, referentes a contratos com empresas coligadas.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a duração residual do crédito concedido — contratados celebrados, era a seguinte:

	2002	2001
Até três meses	61 448 648	56 628 282
De três meses a um ano	167 252 587	158 221 704
De um ano a cinco anos	338 272 312	347 627 769
Mais de cinco anos	10 779 111	8 981 700
	577 752 658	571 459 455

O crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2002	2001
Até três meses	3 095 305	2 958 175
De quatro meses a seis meses	2 009 295	1 748 833
De sete meses a 12 meses	4 002 333	3 219 960
De um ano a três anos	5 030 367	3 227 135
Superior a três anos	430 961	464 976
	<u>14 568 261</u>	<u>11 619 079</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 o crédito vincendo associado a crédito vencido há mais de três meses ascendia a 9 975 081 euros (8 616 976 euros em 31 de Dezembro de 2001).

Em 2002 a companhia anulou créditos vencidos sobre clientes por utilização de provisões no montante de 256 511 euros (84 070 euros em 2001) (nota n.º 11).

4 — Participações e partes do capital em empresas coligadas:

O saldo da rubrica de partes do capital em empresas coligadas corresponde à participação financeira no capital (75%) da Locarent — Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, L.ª (Locarent), a qual iniciou a sua actividade em 1991.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as demonstrações financeiras da Locarent apresentavam um total de activo de 4 077 587 euros e 4 535 974 euros e uma situação líquida positiva de 1 281 006 euros e 1 097 983 euros, respectivamente. Face aos prejuízos apresentados pela empresa em anos anteriores, encontra-se registada uma provisão de 374 098 euros (nota n.º 11) que corresponde ao seu custo de aquisição.

A companhia detém créditos sobre a Locarent registados na rubrica de créditos sobre clientes no montante de 15 814 euros (83 852 euros em 31 de Dezembro de 2001).

Em 31 de Dezembro de 2001, o saldo da rubrica de participações corresponde às participações no capital da Sanjimo e da Gestinsua recebidas em dação como resultado do processo de recuperação da Oliva — Indústrias Metalúrgicas, S. A.

Sanjimo	12 724
Gestinsua	3 270
	<u>15 994</u>

Conforme foi referido anteriormente na nota n.º 2, alínea d), em 31 de Dezembro de 2002 estas participações encontram-se registadas na rubrica de aplicações por recuperação de créditos.

5 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Estas rubricas tiveram o seguinte movimento durante os exercícios de 2002 e 2001:

	2001		2002				
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates líquidas	2002 — Activo líquido
Imobilizações incorpóreas:							
Sist. de tratam. autom. de dados	98 596	(88 042)	5 783	20 087	(14 046)	—	22 378
Adiantam. por conta de imobiliz.	52 945	—	286 423	(20 087)	—	—	321 281
	151 541	(88 042)	294 206	—	(14 046)	—	343 859
Imobilizações corpóreas:							
Imóveis de serviço próprio	3 438 378	(320 609)	—	—	(64 564)	—	2 553 205
Obras em imóveis arrendados	199 339	(163 651)	—	—	(12 324)	—	22 864
Equipamento	2 130 161	(1 763 373)	147 235	—	(158 717)	(32 465)	322 841
Património artístico	9 228	—	—	—	—	—	9 228
Adiantam. por conta de imobiliz.	—	—	73 251	—	—	—	73 251
	5 777 106	(2 747 633)	220 486	—	(236 105)	(32 465)	2 981 389

	2000		2001				
	Activo bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates líquidas	2001 — Activo líquido
Imobilizações incorpóreas:							
Sist. de tratam. autom. de dados	98 349	(71 705)	247	—	(16 337)	—	10 554
Adiantam. por conta de imobiliz.	—	—	52 945	—	—	—	52 945
	98 349	(71 705)	53 192	—	(16 337)	—	63 499
Imobilizações corpóreas:							
Imóveis de serviço próprio	3 626 212	(804 008)	—	—	(77 518)	(126 917)	2 617 769
Obras em imóveis arrendados	199 339	(145 425)	—	—	(18 226)	—	35 688
Equipamento	2 092 716	(1 639 953)	78 200	—	(157 566)	(6 609)	366 788
Património artístico	—	—	9 228	—	—	—	9 228
	5 918 267	(2 589 386)	87 428	—	(253 310)	(133 526)	3 029 473

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica adiantamentos por conta de imobilizações corresponde essencialmente às despesas incorridas pela companhia com a implementação do novo sistema de gestão do negócio e respectiva migração de dados.

6 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Aplicações por recuperação de créditos:		
Activos relativos à Sanjimo e Gestinsua	3 461 921	—
Equipamento recuperado	1 533 034	733 474
Devedores diversos	1 476 343	87 647
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a recuperar (nota n.º 14)	9 428	—
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	—	9 342 170
Contratos de suprimentos e prestações acessórias:		
Sanjimo	—	2 906 928
Gestinsua	—	524 636
Crédito à habitação	—	751 864
Crédito ao pessoal	—	433 584
	<u>6 480 726</u>	<u>14 780 303</u>
Provisão para aplicações por recuperação de créditos (nota n.º 11):		
Activos relativos à Sanjimo e Gestinsua	(2 180 781)	(1 715 781)
Equipamento recuperado	(1 415 725)	(733 474)
	<u>(3 596 506)</u>	<u>(2 449 255)</u>
	<u>2 884 220</u>	<u>12 331 048</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 os activos relativos à Sanjimo e Gestinsua, recebidos em dação no âmbito do processo de recuperação da Oliva, apresentam a seguinte composição:

Participações:

Sanjimo	12 724
Gestinsua	3 270

Contratos de suprimentos e prestações acessórias:

Sanjimo	2 921 291
Gestinsua	524 636
	<u>3 461 921</u>

Em 31 de Dezembro de 2000, a dívida da Oliva estava integralmente provisionada, pelo que os suprimentos e prestações acessórias recebidas em dação em pagamento tiveram o seguinte impacto nos resultados do exercício de 2001:

Juros e proveitos equiparados (nota n.º 15):

Recuperação de juros	752 379
----------------------------	---------

Outros proveitos de exploração (nota n.º 17):

Ganhos em dações em pagamento	756 600
Recuperação de crédito incobrável	594 658

Red. de crédito vencido e das respectivas provisões	1 322 797
---	-----------

Suprimentos adicionais concedidos	3 426 434
Provisões para depreciação de immobilizações financeiras (nota n.º 11)	5 130
	<u>(1 715 781)</u>

1 175 783

Em 31 de Dezembro de 2002, os equipamentos recuperados no final dos contratos de locação financeira em virtude do não exercício pelo locatário do direito de adquirir a respectiva propriedade e os bens recuperados por motivo de resolução de contratos de locação financeira, apresentam a seguinte composição:

	Valor de balanço	Provisões constituídas	Valor líquido
Veículos ligeiros	349 622	(302 507)	47 115
Veículos pesados, reboques e semi-reboques	188 444	(153 444)	35 000
Empilhadoras	110 052	(85 052)	25 000
Veículos ligeiros de mercadorias	40 088	(29 894)	10 194
Outros	844 828	(844 828)	—
	<u>1 533 034</u>	<u>(1 415 725)</u>	<u>117 309</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de devedores diversos inclui um montante de 1 353 945 euros correspondente à última prestação a receber de outra entidade financeira relativamente a um consórcio em que a companhia participa em partes iguais, o qual será liquidado em 30 de Março de 2003. Na mesma data será paga a última prestação ao fornecedor relativa ao equipamento, cuja dívida se encontra reconhecida na rubrica de fornecedores (nota n.º 9).

7 — Contas de regularização — activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Juros a receber de crédito concedido	2 255 953	2 414 728
Despesas com custo diferido:		
Contribuições para o fundo de pensões (nota n.º 16)	615 369	717 369
Relativas a financiamentos em divisas	—	194
Outras	83 981	79 044
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar da CGD relativo à gestão dos contratos da SPL	31 935	31 314
Imposto sobre o valor acrescentado relativo aos primeiros termos de renda	78 472	76 414
Outros	151 685	103 122
	<u>3 217 395</u>	<u>3 422 185</u>

8 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002			2001
	Curto prazo	Médio e longo prazos	Total	Total
Mercado monetário interbancário	140 082 000	—	140 082 000	144 632 000
Instituições de crédito no País:				
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	44 891 810	208 449 474	253 341 284	175 826 259
Outras instituições de crédito	80 805 260	36 186 890	116 992 150	162 356 715
	<u>125 697 070</u>	<u>244 636 364</u>	<u>370 333 434</u>	<u>338 184 974</u>
Contas caucionadas	—	11 077 991	11 077 991	44 040 050
Descobertos bancários (contabilísticos)	18 788 195	—	18 788 195	13 022 667
	<u>18 788 195</u>	<u>11 077 991</u>	<u>29 866 186</u>	<u>57 062 717</u>
Sucursais no estrangeiro de outras instituições de crédito nacionais:				
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	—	—	—	6 708
	<u>284 567 265</u>	<u>255 714 355</u>	<u>540 281 620</u>	<u>539 886 399</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a parcela a médio e longo prazos tem o seguinte plano de vencimento:

2004	112 084 565
2005 e seguintes	143 629 790
	<u>255 714 355</u>

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os débitos perante empresas do Grupo ascendiam a 422 982 514 euros e 375 930 357 euros, respectivamente.

9 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Fornecedores:		
De imobilizado para locação financeira	3 043 494	—
Diversos	285 232	291 065
Credores diversos:		
Adiantamentos de clientes	430 600	837 241
Consórcios	—	331 325
Outros	845 876	836 610
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas a pagar (nota n.º 14)	—	1 350 356
Outras exigibilidades	2 365 071	187 690
	<u>6 970 273</u>	<u>3 834 287</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de fornecedores — de imobilizado para locação financeira, corresponde à última prestação a liquidar ao fornecedor do equipamento relativo ao consórcio mencionado na nota n.º 6.

Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica de outras exigibilidades inclui um montante de 2 126 426 euros correspondente a IVA a liquidar, relativos aos meses de Novembro e Dezembro de 2002.

10 — Contas de regularização — passivo

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2002	2001
Custos a pagar		
Juros de empréstimos bancários obtidos	3 472 138	3 956 179
Provisão para férias e subsídio de férias	549 059	517 603
Outros	542 922	41 543
Valor a pagar à Caixa Geral de Depósitos, S. A.	71 649	420 853
Prémio referente à aquisição da carteira de contratos à Sociedade Portuguesa de Leasing, S. A. (nota n.º 22)	10 217	10 214
Outros	106 741	455 701
	4 752 726	5 402 093

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os montantes de 71 649 euros e 420 853 euros, respectivamente, a pagar à CGD são referentes aos recebimentos de rendas e outros valores relativos aos contratos de locação financeira cuja gestão é assegurada pela companhia (nota n.º 23).

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo de outros custos a pagar inclui 296 007 euros referentes à renda relativa ao mês de Dezembro a pagar no âmbito do consórcio de locação financeira mencionado nas notas n.º 6 e 9.

11 — Movimentos nas provisões:

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2002 e 2001 foi o seguinte:

	2002					
	Saldos em 31 de Dezembro de 2001	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31 de Dezembro de 2002
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	4 599 625	2 431 360	—	(256 511)	—	6 774 474
Provisão para crédito de cobr. duvidosa (nota n.º 3)	299 664	391 373	—	—	—	691 037
Provisão para participações (nota n.º 4)	374 098	—	—	—	—	374 098
Provisão para aplic. por recup. de cré. (nota n.º 6)	733 474	1 147 251	—	—	1 715 781	3 596 506
Provisão para deprec. de imobil. financ. (nota n.º 6)	1 715 781	—	—	—	(1 715 781)	—
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	9 354 537	1 057 505	—	—	—	10 412 042
Provisão para outros riscos e encargos	337 996	333 236	—	(43 502)	—	627 730
	17 415 175	5 360 725	—	(300 013)	—	22 475 887

	2001				
	Saldos em 31 de Dezembro de 2000	Dotações	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos em 31 de Dezembro de 2001
Provisão para crédito e juros vencidos (nota n.º 3)	3 745 223	938 472	—	(84 070)	4 599 625
Provisão para crédito de cobrança duvidosa (nota n.º 3)	279 900	19 764	—	—	299 664
Provisão para participações (nota n.º 4)	374 098	—	—	—	374 098
Provisão para aplicações por recuperação de créditos (nota n.º 6)	473 848	259 626	—	—	733 474
Provisão para depreciação de imobilizações financeiras (nota n.º 6)	—	1 715 781	—	—	1 715 781
Provisões para riscos e encargos:					
Provisão para riscos gerais de crédito (nota n.º 3)	7 404 555	1 949 982	—	—	9 354 537
Provisão para outros riscos e encargos	381 036	—	—	(43 040)	337 996
	12 658 660	4 883 625	—	(127 110)	17 415 175

Nos exercícios de 2002 e 2001, a utilização da provisão para outros riscos e encargos corresponde à utilização da provisão para impostos diferidos nos montantes de 43 502 euros e 43 040 euros, respectivamente [nota n.º 2, alínea f)].

Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para outros riscos e encargos inclui um montante de 109 950 relativos à provisão para impostos diferidos.

12 — Capital subscrito:

Por deliberação da assembleia geral de accionistas de 29 de Março de 2001, e nos termos do Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, procedeu-se à redenominação da totalidade das acções representativas do capital social da companhia para euros. Após esta operação o capital passou a ascender 10 000 000 de euros e o valor nominal de cada acção a cinco euros. O arredondamento resultante da redenominação do capital social, no montante de 24 042 euros, foi efectuado por incorporação de prémios de emissão (nota n.º 13).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, a Caixa Empresas de Crédito — SGPS, S. A., detinha a totalidade das acções representativas do capital social da companhia.

13 — Prémios de emissão, reservas e resultado líquido do exercício:

Em 2001 os prémios de emissão foram utilizados num montante de 24 042 euros para efeitos da redenominação do capital da companhia para euros. Nos termos da portaria n.º 408/99, de 4 de Junho, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série-B, n.º 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

As rubricas de reservas e do resultado líquido do exercício tiveram o seguinte movimento durante os exercícios de 2001 e 2002:

	Reservas				Resultado líquido do exercício
	Legal	Livres	Subtotal	De reavaliação	
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	8 653 196	6 973 948	15 627 144	2 244 122	3 444 877
Distribuição do resultado do exercício de 2000:					
Transferência para reservas	344 490	1 536 656	1 881 146	—	(1 881 146)
Dividendos	—	—	—	—	(1 197 115)
Distribuição aos colaboradores	—	—	—	—	(329 207)
Distribuição ao conselho de administração	—	—	—	—	(37 409)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	897 005
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	8 997 686	8 510 604	17 508 290	2 244 122	897 005
Distribuição do resultado do exercício de 2001:					
Transferência para reservas	89 701	682 804	772 505	—	(772 505)
Distribuição aos colaboradores	—	—	—	—	(124 500)
Resultado líquido do exercício	—	—	—	—	1 176 733
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	9 087 387	9 193 408	18 280 795	2 244 122	1 176 733

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2002, de 26 de Setembro, a sociedade deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A reserva de reavaliação provém da reavaliação dos imóveis da companhia, efectuada durante o exercício de 1992, ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

14 — Impostos:

A companhia está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e correspondente derrama, cuja taxa agregada no exercício de 2002 é de 33%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da companhia durante um período de quatro anos, designadamente em sede de IRC e de imposto sobre o valor acrescentado (10 anos no caso da segurança social), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1999 a 2002. No entanto, na opinião do conselho de administração da companhia, não é previsível que qualquer liquidação adicional relativa aos exercícios acima referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras.

A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga — fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios é a seguinte:

	2002	2001	2000
Carga fiscal imputada — impostos sobre lucros	786 200	2 586 373	1 777 686
Impostos diferidos (nota n.º 11)	43 502	43 040	39 779
	829 702	2 629 413	1 817 465
Carga fiscal paga	(839 130)	(1 654 323)	(1 678 442)
IRC a (recuperar)/excesso de estimativa (notas n.ºs 6 e 18)	(9 428)	975 090	139 023

A carga fiscal no exercício de 2002 é superior à que resulta da aplicação da taxa normal de IRC, essencialmente pelo facto de terem sido constituídas provisões não aceites fiscalmente como custo [nota n.º 2, alíneas b), iii) e iv)], líquido do efeito do excesso de estimativa referido no parágrafo seguinte.

O excesso de estimativa relativo ao exercício de 2001 deve-se essencialmente ao facto da companhia em 2001 ter considerado que as provisões registadas para fazer face aos riscos de realização dos activos recebidos em dação relativos à Sanjimo e Gestínsua (nota n.º 6)

não seriam aceites como custo fiscal. No entanto, conforme referido na nota n.º 2, alínea d), após pedido de informação vinculativa às autoridades fiscais, a companhia obteve confirmação de que seriam fiscalmente dedutíveis, tendo procedido em conformidade quando da entrega da declaração em Maio de 2002.

15 — Juros, custos e proveitos equiparados:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Juros e custos equiparados:		
Juros de empréstimos a médio e longo prazos	14 222 910	15 552 033
Juros de recursos obtidos no Mercado Monetário Interbancário	5 218 647	6 283 504
Outros juros de recursos obtidos	2 985	1 057
	19 444 542	21 836 594

	2002	2001
Juros e proveitos equiparados:		
Juros de contratos de locação financeira	30 759 089	32 829 863
Juros de mora	1 292 603	1 247 205
Juros de adiantamentos por contratos a realizar	430 467	317 924
Anulação de proveitos [nota n.º 2, alínea c)]	(77 836)	(166 056)
Recuperação/(anulação) de juros [nota n.º 2, alínea c)]	21 471	597 515
Juros SPL/CGD	(196 081)	(321 630)
Outros	38 116	32 481
	<u>32 267 829</u>	<u>34 537 302</u>

Em 2001 a rubrica de recuperação de juros inclui 752 379 euros relativos aos suprimentos e prestações suplementares recebidos em dação no âmbito do processo de recuperação da Oliva, correspondendo essencialmente a juros anulados em exercícios anteriores (nota n.º 6).

Os proveitos gerados pela actividade da companhia resultaram de operações realizadas em Portugal.

16 — Custos com pessoal e compromissos assumidos com pensões de reforma e sobrevivência:

A rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

	2002	2001
Remunerações	3 267 476	3 048 127
Encargos sociais:		
Segurança social	698 665	671 259
Fundo de pensões	108 600	108 397
Outros encargos	177 080	179 898
Outros custos com o pessoal	<u>15 606</u>	<u>64 773</u>
	<u>4 267 427</u>	<u>4 072 454</u>

O Fundo de Pensões constituído pela companhia tem por objectivo financiar as responsabilidades assumidas pelo pagamento de complementos de pensões de reforma, equivalentes a 10% da pensão atribuída pela segurança social.

As responsabilidades por pensões em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2002	2001
Valor actual das responsabilidades por serviços futuros	1 041 105	964 241
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	<u>766 748</u>	<u>592 774</u>
	1 807 853	1 557 015
Valor do fundo de pensões	<u>1 386 158</u>	<u>1 397 083</u>
Diferença	421 695	159 932

A contribuição efectuada em 1999 para fazer face ao valor actual das responsabilidades por serviços futuros encontra-se registada em contas de regularização do activo, na rubrica de despesas com custo diferido [notas n.ºs 2, alínea m) e 7].

No exercício de 2002, o incremento das responsabilidades por serviços passados no montante de 173 974 euros foi parcialmente registado em custos por contrapartida desta rubrica.

Os custos com o fundo de pensões em 2002 foram determinados da seguinte forma:

Aumento das responsabilidades por serviços passados	102 000
Encargos pagos relativos a taxas	<u>6 600</u>
	<u>108 600</u>

As responsabilidades por serviços passados e futuros dos empregados no activo com referência a 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foram determinadas com base num estudo actuarial efectuado pela CGD Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

Método actuarial	<i>Projected Unit Credit</i>
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK-80
Taxa de rendimento do fundo (percentagem)	6
Taxa de crescimento dos salários (percentagem)	3
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	3
Taxa de revalorização futura para cálculo de pensões da segurança social (percentagem)	1
Taxa técnica de juro para cálculo de pensões em pagamento (percentagem)	4

17 — Outros custos e proveitos de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

Outros custos de exploração:

	2002	2001
Menos-valias na alienação de bens de locação financeira e em contratos terminados	843 027	664 421
Anulação de dívidas relat. a contratos em que o equip. já foi retomado ou já não é propriedade da companhia	760 508	385 463
Perdas diversas com clientes	346 036	—
Custos com consórcios de locação financeira	10 946	367 205
Custos com a carteira SPL/CGD	129 514	151 459
Despesas com contratos de locação financeira	207 456	80 125
Outros	34 776	53 091
	<u>2 332 263</u>	<u>1 701 764</u>

Em 2002, a rubrica de perdas diversas com clientes corresponde ao valor das perdas resultantes de acordos celebrados com clientes para regularização de créditos vencidos.

Outros proveitos de exploração:

	2002	2001
Mais-valias na alienação de bens de locação financeira	1 111 755	861 450
Recuperação de crédito incobrável	709 862	1 160 322
Montagens de contratos e endossos	738 370	815 500
Reembolso de despesas	394 226	249 826
Cedência de pessoal	221 373	—
Ganhos diversos em contratos com clientes	166 206	126 643
Prestação de serviços diversos	55 804	56 503
Ganhos em dações em pagamento	—	756 600
Proveitos em consórcios de locação financeira	—	328 794
Indemnizações recebidas de companhias de seguros	—	110 686
Lucro com a carteira comprada à SPL (nota n.º 22)	—	141
Outros	41 569	194 327
	<u>3 439 165</u>	<u>4 660 792</u>

Em 2002, a rubrica de cedência de pessoal corresponde ao valor recebido pela cedência de três dos seus funcionários a outras empresas do Grupo CGD.

Em 2001, a rubrica de ganhos em dações em pagamento corresponde a uma parcela do valor registado em resultados do exercício por contrapartida dos suprimentos e prestações suplementares relativos às sociedades constituídas no âmbito do processo de recuperação da Oliva (nota n.º 6).

Em 2001, a rubrica de recuperações de crédito incobrável inclui 594 658 euros relativos aos suprimentos recebidos em dação acima referidos, na parte que corresponde a dívida anulada em exercícios anteriores (nota n.º 6).

18 — Perdas e ganhos extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2002	2001
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias realizadas na venda de imobilizado	1 421	2 599
Outras perdas relativas a exercícios anteriores	1 069	6 262
Multas e outras penalidades legais de natureza fiscal	—	1 402
Outras	1 054	215
	<u>3 544</u>	<u>10 478</u>
Ganhos extraordinários:		
Excesso da estimativa para impostos sobre lucros (nota n.º 14)	975 090	139 023
Recuperação de créditos incobráveis	—	2 564
Mais-valias realizadas na venda de imobilizado	3 075	11 687
Outros ganhos relativos a exercícios anteriores	13 203	—
Outros	26	425
	<u>991 394</u>	<u>153 699</u>

19 — Número médio de pessoal:

Em 2002 e 2001 o número médio de efectivos da companhia foi de 103, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Direcção	15
Chefias	10
Quadros técnicos	27
Administrativos	48
Pessoal auxiliar	3
	<u>103</u>

20 — Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

Em 2002 e 2001, as remunerações atribuídas a membros do conselho de administração e fiscal único ascenderam a 181 759 euros e a 126 629 euros, respectivamente.

21 — Transacções com empresas do grupo:

Em 31 de Dezembro de 2002, os principais saldos e transacções mantidos com o Grupo Caixa Geral de Depósitos eram os seguintes:

	CGD	Caixa Banco Inv.	Imoleasing	Fundimo	Lusofactor	Culturgest	CaixaGest	Imocaixa	Caixa Web	Outros	Total
Activo:											
Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	9 286	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9 286
Crédito concedido	13 319 277	367 482	301 692	63 106	63 998	54 774	159 668	30 781	33 728	259 211	14 653 717
Juros a receber de crédito concedido	17 234	868	1 622	180	114	118	296	97	76	580	21 185
Devedores	47 862	—	—	—	—	—	—	—	—	42 148	90 010
Passivo:											
Débitos para com instit. de crédito	422 982 514	—	—	—	—	—	—	—	—	422 982 514	
Juros a pagar	3 034 599	—	—	—	—	—	—	—	—	3 034 599	
Outros custos a pagar	131 122	—	—	—	—	—	—	—	—	131 122	
Outros credores	165 323	—	—	—	—	—	—	—	—	165 323	
Custos:											
Juros e custos equiparados	14 257 824	—	—	—	—	—	—	—	—	14 257 824	
Comissões	264 503	—	—	—	—	—	—	—	—	264 503	
Fornecim. e serviços de terceiros	820 383	—	2 749	—	—	—	—	—	—	—	823 132
Outros custos e prejuízos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Proveitos:											
Juros e proveitos equiparados	384 399	15 960	13 097	3 276	3 161	2 025	4 949	1 405	1 628	9 323	439 223
Comissões	41 393	—	—	—	—	—	—	—	—	—	41 393
Outros proveitos e lucros em opera- ções financeiras	269 179	—	53 161	—	487	—	—	—	—	133 933	456 760

22 — Transferência de contratos de *leasing* mobiliário da Sociedade Portuguesa de Leasing, S. A. (SPL), na sequência da sua desactivação:

No âmbito de orientações estratégicas definidas pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos quanto à racionalização e integração da actividade de locação financeira mobiliária, em 1996 a companhia celebrou um contrato com a SPL para a cessão da posição contratual de um conjunto de contratos de locação financeira.

Desta forma, no 1.º semestre de 1996 foram transferidos 2448 contratos, cujo preço ascendeu a 40 402 630 euros, aproximadamente.

A diferença positiva entre o valor nominal dos contratos de *leasing* mobiliário adquiridos à SPL e o seu valor de aquisição ascendeu a 843 712 euros, tendo sido registada no passivo (nota n.º 10). A companhia tem utilizado esta diferença por contrapartida da rubrica de outros proveitos de exploração, quando os contratos que lhe estão subjacentes terminam. De acordo com instruções do Banco de Portugal esta diferença também poderá ser utilizada directamente na constituição ou reforço das provisões necessárias à cobertura dos riscos inerentes a estes créditos. Durante 2001 foram registados proveitos relativos a contratos que terminaram nesse exercício, no montante de 141 euros (nota n.º 17). Em 2002, não foram registados proveitos relativos a estes contratos.

23 — Contratos de locação financeira mobiliária e de cessão de créditos adquiridos à SPL:

No âmbito da liquidação da SPL, foi celebrado um contrato de cessão da posição contratual, de cessão de créditos e de compra e venda de bens móveis entre a CGD e a SPL.

A companhia foi nomeada pela CGD, adquirente dos direitos e obrigações relacionados com os contratos de locação financeira celebrados pela SPL e que não foram adquiridos pela companhia. Nos termos deste contrato, a companhia assumiu os seguintes direitos e obrigações:

O valor global dos créditos cobrados aos respectivos locatários, deduzidos de uma percentagem de 3% de comissão de gestão, são entregues à CGD com uma periodicidade mensal (nota n.º 10);

O direito da CGD ao reembolso dos créditos abrangidos pelo contrato celebrado extingue-se no prazo de sete anos. Após o referido prazo, quaisquer montantes que venham a ser cobrados reverterão para a companhia;

A CGD suporta todos os custos directos derivados da gestão dos créditos e direitos adquiridos pela companhia através do contrato acima referido, designadamente os encargos com pessoal, despesas judiciais e extrajudiciais e outros que se revelem necessários à sua execução.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor global dos contratos geridos pela companhia ascendia a 30 299 467 euros e 31 029 147 euros respectivamente, encontrando-se registado em rubricas extra-patrimoniais.

24 — Compromissos assumidos:

A companhia contragarantiu, junto do Banco Europeu de Investimento, uma linha de refinanciamento para a CGD no montante de 16 749 633 euros.

O Conselho de Administração: *Fernando Dias Nogueira*, presidente — *José Gomes Pedro*, vice-presidente — *João Vieira Gomes de Abreu*, administrador — *Gracinda Augusta Figueiras Raposo*, administradora — *António Manuel Silva Vila Cova*, administrador. — O Director Financeiro, *José André Figueiras*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da Locaport — Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, (que evidencia um total de balanço de 609 199,609 euros e um total de capitais próprios no montante de 46 155 218 euros, incluindo um resultado líquido de 1 176 733 euros), a demonstração dos resultados por natureza do exercício findo naquela data, a demonstração de fluxos de caixa e respectivos anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de

políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Locaport — Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o Sector Bancário.

Lisboa, 24 de Março de 2003. — Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo sócio *Manuel de Oliveira Rego*.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — De acordo com o disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre à nossa sociedade emitir relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Locaport — Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

2 — O fiscal único acompanhou a evolução da gestão da empresa ao longo do exercício e trimestralmente desenvolveu trabalhos de revisão legal de contas, emitindo relatórios sobre as verificações efectuadas e sugestões, os quais foram enviados oportunamente ao conselho de administração.

3 — O fiscal único, no âmbito das suas atribuições de fiscalização de gestão salienta:

i) A redução da produção de 21% em relação ao exercício anterior, verifica-se ser superior à redução sentida pelas duas locadoras a liderarem o sector de *leasing* mobiliário, imediatamente à frente da Locaport, que baixaram a sua quota de mercado, respectivamente em 18% e 11%. A Locaport, detém este ano o 3.º lugar do *ranking* do sector e no ano de 2001 o 2.º lugar;

ii) O agravamento dos indicadores de incumprimento e risco, em relação ao exercício anterior;

iii) Reforço prudencial das provisões para riscos gerais de crédito em 900 milhares de euros;

iv) Não obstante a redução verificada na produção, a melhoria verificada na margem bruta da carteira, associada a um excesso de estimativa para impostos de 975 milhares de euros permitiu um aumento do resultado líquido de 31% em relação ao ano transacto;

vi) O *ratio* de solvabilidade passou de 7% em 2001, para 8% no final do corrente exercício.

4 — No final do exercício analisámos o relatório de gestão e as demonstrações financeiras, em relação aos quais emitimos o relatório anual do revisor oficial de contas e a certificação legal de contas.

5 — Parecer:

Tudo devidamente ponderado, somos de parecer que a assembleia geral:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002, apresentados pelo conselho de administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão apresentada pelo conselho de administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 24 de Março de 2003. — O Fiscal Único, Oliveira Rego & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada pelo sócio *Manuel de Oliveira Rego*.

Relatório do auditor

1 — Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S. A. (companhia), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, a demonstração de resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da companhia. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

2 — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira, S. A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector (nota n.º 2).

Lisboa, 7 de Março de 2003. — O Auditor, *Deloitte & Touche*.

Extracto da acta da assembleia geral

Aos 28 dias do mês de Março de 2003, pelas 12 horas, reuniu nos termos do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia geral universal da Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A., no edifício sede da Caixa Geral de Depósitos, sito na Avenida João XXI, 63, em Lisboa.

(...) A mesa da assembleia foi constituída pelo Dr. José Lourenço Soares, Presidente e pelos Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro e Dr. Vítor Manuel Dinis Lopes Secretários, respectivamente, em representação da Caixa Geral de Depósitos, S. A., Caixa Participações — SGPS, S. A. e da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.

(...) Entrando-se no primeiro ponto da ordem de trabalhos, (...) procedeu-se à votação (...) tendo sido aprovados, pelo accionista único, o relatório de gestão, balanço e as contas do exercício de 2002.

Entrou-se no segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo o accionista Caixa Empresas de Crédito — SGPS, S. A., apresentado uma proposta de aplicação de resultados do exercício, que é do seguinte teor:

Considerando que a distribuição de resultados constitui um importante instrumento de gestão para a motivação e recompensa pelo desempenho, com reflexos positivos ao nível da produtividade e considerando que, neste sentido, deverá ser atribuída aos trabalhadores

uma parte dos resultados do exercício de 2002, a distribuir segundo critérios de produtividade e de desempenho, a definir pelo conselho de administração da Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A., propõe-se que a assembleia geral aprove a seguinte aplicação para os resultados do exercício de 2002, no montante de 1 176 733,49 euros:

117 673,35 euros para reforço da reserva legal;
934 060,14 euros para reforço de outras reservas;
125 000 euros para distribuição aos trabalhadores.

Colocada à discussão e de seguida à votação a proposta foi aprovada pelo accionista único. (...)

A Mesa da Assembleia, *José Manuel Lourenço*, secretário.
2002959765

SPGM — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, S. A.

Relatório n.º 1-AF/2007

Conservatória Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matricula n.º 51 457/940927; identificação de pessoa colectiva n.º 503271055; número e data da apresentação: 171/15 de Abril de 2004; pasta n.º 13 076.

Maria da Conceição Ribeiro da Silva, escriturária superior da Conservatória Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifico, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2004, referente à sociedade em epígrafe.

Está conforme.

Porto, 18 de Abril de 2005. — A Escriturária Superior, *Maria Conceição Ribeiro da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Relatório do conselho de administração

Introdução

O exercício de 2004, ano que marcou o 10.º aniversário da constituição da SPGM, permitiu confirmar a segunda fase de evolução da garantia mútua em Portugal, iniciada em 2003, com a entrada em funcionamento das três primeiras sociedades de garantia mútua — Norgarante, Lisgarante e Garval — e, simultaneamente, com o abandono por parte da SPGM da actividade de emissão de garantias. No ano findo, a SPGM continuou a desenvolver e a aperfeiçoar as suas capacidades nas áreas de gestão mais relacionadas com a sua vocação de entidade coordenadora do Sistema Nacional de Garantia Mútua, em especial:

Ao nível da gestão do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM);

Ao nível do apoio na promoção, em geral, do produto garantia mútua, enquanto instrumento de fomento do desenvolvimento das empresas de pequena e média dimensão, pela melhoria das suas condições de acesso ao financiamento;

Ao nível das competências, enquanto Centro de Serviços Partilhados para todo o sistema nacional, assegurando os serviços de *back-office* e permitindo a concentração dos recursos das SGM na actividade comercial e técnica em favor das PME mutualistas;

Finalmente, ao nível do suporte ao desenvolvimento das sociedades de garantia mútua, através da promoção dos necessários reforços dos seus capitais, na dinamização de novos pólos de actuação das SGM existentes, ou, finalmente, no apoio à criação de novos *players*.

Ao mesmo tempo, a sociedade procurou gerir com a racionalidade e a prudência possíveis, a carteira de garantias resultantes da chamada fase piloto da garantia mútua, constituída pela própria SPGM entre 1995 e o final de 2002, que se encontra em *phasing-out*, tendo em conta a evidente degradação verificada nas condições de funcionamento de uma parte significativa do tecido económico nacional, nos últimos anos, em especial nas PME ligadas aos chamados sectores tradicionais, com relevância para o têxtil e vestuário.

Como é sabido, numa altura em que não existiam ainda Sociedades de Garantia Mútua (SGM) coube à SPGM testar o produto junto do mercado potencial, tendo a sociedade deixado de emitir novas garantias desde o final de 2002, passando, então, essa tarefa para as SGM.

Do total das garantias emitidas até final da fase piloto que permaneceram na sociedade (uma pequena parte foi transferida para a Norgarante e Lisgarante no âmbito do processo de cisão da SPGM que deu origem à constituição destas duas SGM), cujo valor global atingiu os 135,2 milhões de euros, o saldo vivo de responsabilidades da sociedade era, em 31 de Dezembro de 2004, de 53,9 milhões de euros, saldo que se tem vindo a reduzir gradualmente, uma vez que a carteira de responsabilidades não é renovada.

O exercício agora findo fica também marcado, na linha dos efeitos já visíveis no ano transacto, e por força de uma conjuntura económica muito difícil acima referida, por um aumento significativo da sinistralidade da carteira, muito em particular da relativa a garantias prestadas no âmbito da chamada medida especial IMIT, onde o risco da sociedade é muito reduzido pois a contragarantia do FCGM é integral.

Ainda que com impacto menos significativo, mesmo ao nível da carteira corrente, e de novo em operações muito relacionadas com os chamados sectores tradicionais, verificou-se um aumento da sinistralidade, o que obrigou a sociedade a medidas adicionais de acompanhamento da carteira de garantias e ao reforço das provisões para riscos económicos da mesma.

Na senda da política prudencial seguida desde sempre, as garantias pagas pela SPGM a beneficiários, até 31 de Dezembro de 2004, líquidas da contragarantia do FCGM, encontravam-se integralmente provisionadas no final do exercício, assegurando a inexistência de quaisquer impactos negativos futuros sobre os activos da sociedade.

Alguns dos valores de garantias pagas poderão, futuramente, vir a ser recuperados junto dos devedores — quando uma garantia é paga a um beneficiário a SPGM fica credora da PME mutualista pelo montante pago —, podendo, nessa altura, originar ganhos para a sociedade por anulação das provisões já constituídas.

Até ao final do exercício, cerca de 17% do valor dos sinistros pagos na carteira corrente, isto é, os sinistros fora da medida especial IMIT, havia já sido recuperado, contra apenas cerca de 1,5% dos sinistros verificados na mencionada medida especial.

Enquadramento macroeconómico

As previsões de crescimento sustentado para 2004 avançadas no final do ano passado tiveram de ser revistas em baixa no decorrer do próprio ano, vindo de facto a reflectir-se numa desaceleração nas taxas de crescimento do PIB, tornando a retoma ainda mais lenta do que era esperado.

Quadro 1 — Taxa de crescimento do PIB (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	0,9	0,5	1,6	2,4
Japão	0,3	2,7	3,0	2,8
Estados Unidos	2,4	3,1	4,7	3,7
OCDE	1,8	2,2	3,4	3,3
Portugal	0,5	— 1,3	0,8	2,4

Fonte. — OCDE.

Quadro 2 — Taxa de desemprego (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	8,2	8,8	8,8	8,5
Japão	5,4	5,3	5,0	4,6
Estados Unidos	5,8	6,0	5,5	5,2
OCDE	6,9	7,1	6,9	6,7
Portugal	5,1	6,4	6,6	6,1

Fonte. — OCDE.

Quadro 3 — Taxa de inflação (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	2,3	2,1	2,1	1,9
Japão	— 0,9	— 0,2	— 0,2	— 0,1
Estados Unidos	1,6	2,3	3,0	3,0
OCDE	1,5	1,8	2,1	2,1
Portugal	3,7	3,3	2,5	2,2

Fonte. — OCDE.

A verificação da desaceleração do ritmo de crescimento global foi em parte contrariada pela procura interna nos EUA, com os particulares e empresas a beneficiarem de estímulos das políticas monetárias e orçamentais. Por outro lado, o elevado ritmo de expansão da economia chinesa produziu efeitos externos positivos sobre as economias asiáticas, e genericamente sobre todas as economias exportadoras de matérias-primas. O clima de instabilidade no médio oriente, a permanente ameaça do terrorismo e a evolução em alta do preço do petróleo constituíram os principais entraves ao crescimento global.

A economia americana continua, tal como em 2003, a apresentar sinais bastantes positivos, prevendo-se, de facto, uma taxa de crescimento de cerca de 4,7%, destacando-se desta forma quando comparada quer com o Japão quer com o conjunto dos países membros da OCDE. A rubrica do consumo privado foi responsável pela revisão em alta da taxa de crescimento do produto, salientando-se no entanto uma desaceleração desta rubrica de despesa no último trimestre de 2004. A inflação tem evidenciado uma tendência de subida, reflectindo não apenas a aceleração dos preços da energia mas também a política orçamental expansionista adoptada. Relativamente às contas externas, os últimos valores disponíveis permitem constatar um forte agravamento no défice da balança de bens e serviços. O maior nível de exportações, conjugado com a tendência de depreciação do dólar, tornou ainda mais competitivos os bens transaccionados no mercado internacional.

Quadro 4 — Taxa de desemprego do consumo privado (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	0,7	1,0	1,3	2,5
Japão	1,4	1,1	1,7	1,5
Estados Unidos	3,1	3,1	3,8	3,2
OCDE	2,3	2,2	2,8	2,9
Portugal	0,7	— 0,8	1,5	2,4

Fonte. — OCDE.

Quadro 5 — Taxa de crescimento do investimento (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	— 2,3	— 0,8	2,0	4,1
Japão	— 4,0	3,3	3,4	1,9
Estados Unidos	— 1,8	3,9	7,3	6,0
OCDE	— 1,7	2,4	5,1	5,0
Portugal	— 5,2	— 9,6	1,8	6,2

Fonte. — OCDE.

O Japão registou, durante 2004, um abrandamento da actividade económica. Este enfraquecimento da produção deveu-se entre outras coisas à diminuição da procura interna e externa. Com efeito, por um lado, nas rubricas da despesa interna, apenas o investimento privado tem apresentado algum dinamismo e, por outro lado, as despesas de consumo das famílias reflectem a baixa no nível de confiança e evidenciam uma evolução negativa que se explica em parte pelos recentes fenómenos climáticos que se fizeram sentir no país. A danificação das colheitas devida aos furacões reflectiu-se na subida acentuada dos preços, nomeadamente de bens alimentares frescos. As contas externas ficam marcadas pelo recuo no saldo excedentário da balança corrente, reflectindo um crescimento mais forte nas importações do que nas exportações. A taxa de desemprego japonesa recuou em 2004 situando-se no valor mais baixo dos últimos quatro anos.

Quadro 6 — Peso do défice público no PIB (percentagem)

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p
Área euro	— 2,3	— 2,7	— 2,8	— 2,7
Japão	— 7,1	— 8,0	— 7,1	— 6,6
Estados Unidos	— 3,4	— 4,8	— 4,7	— 3,9
OCDE	— 2,9	— 3,7	— 3,6	— 3,1
Portugal	— 2,7	— 2,9	— 3,8	— 3,2

Fonte. — OCDE.

Na Europa, apesar das revisões em baixa do crescimento em 2004, prevêem-se, para 2005 e 2006, aumentos sustentados das taxas de

crescimento, assentes na procura interna, nomeadamente no investimento. Este crescimento está, no entanto, sujeito a riscos externos, como o preço do petróleo e a evolução do valor do dólar, e internos, nomeadamente, a evolução da confiança de consumidores e empresários. Se a evolução dos primeiros é totalmente imprevisível, ao nível da confiança, inquéritos aos consumidores e às empresas indicam uma deterioração do clima de confiança dos agentes económicos da zona euro. A inflação deverá aumentar e muitos estados europeus terão necessidade de consolidar os seus défices orçamentais (estão previstos déficits superiores a 3% para a Grécia, França, Itália e Portugal, nos próximos anos).

À semelhança das restantes economias, a recuperação da economia portuguesa, ao longo de 2004, tem vindo a atenuar-se. De facto, todos os indicadores disponíveis mostram que o efeito expansionista da realização do Euro 2004 se esgotou com o próprio evento, regressando depois a economia a uma situação de retracção do nível da actividade e do emprego.

A confiança das famílias e do consumo privado deverão manter-se restringidos pelos esforços de redução de custos, pela procura de ganhos de produtividade, por parte das empresas, bem como pelo impacto restritivo das políticas económicas levadas a cabo por vários governos.

Quadro 7 — Principais indicadores da economia portuguesa

	2002	2003	2004 ^p	2005 ^p	2006 ^p
Taxas de crescimento:					
PIB	0,4	— 1,2	1,3	2,2	2,4
Consumo privado	1,0	— 0,5	2,1	1,8	2,0
Consumo público	2,2	— 0,4	0,6	0,5	0,4
Investimento	— 4,9	— 9,8	2,4	3,3	4,8
Exportações	2,0	4,0	7,9	7,0	7,0
Importações	— 0,3	— 0,9	7,8	5,5	6,1
Contributo para o crescimento do PIB:					
Procura interna	— 0,3	— 3,0	2,0	2,0	2,5
Investimento	—	—	—	—	—
Procura externa líquida	0,8	1,8	— 0,6	0,1	— 0,1
Taxa de desemprego (percentagem)	5,0	6,3	6,3	6,2	6,0
Taxa de poupança (percentagem do PIB)	12,3	12,0	11,5	11,3	11,4
Taxa de inflação (percentagem)	3,7	3,3	2,4	2,4	2,3
Como percentagem do PIB:					
Balança comercial	— 9,3	— 8,0	— 10,4	— 10,3	— 10,2
Balança de transacções correntes	— 7,8	— 6,3	— 6,8	— 6,5	— 6,2
Balança de pagamentos	— 5,9	— 3,9	— 4,8	— 4,7	— 4,4
Défice público (percentagem do PIB)	— 2,7	— 2,8	— 2,9	— 3,7	— 3,8

Fonte. — Comissão Europeia.

A principal explicação do abrandamento do produto foi a redução do contributo da procura interna, destacando-se o menor dinamismo do investimento empresarial e da despesa das famílias em bens de consumo duradouro.

O ano de 2004 foi marcado por um aumento significativo do registo de empresas insolventes, destacando-se nesta estatística o caso do tecido empresarial português. O aumento das empresas insolventes em Portugal em 2004 foi quatro vezes superior ao ritmo registado num conjunto de 17 países europeus.

O número total de empresas insolventes, isto é, incapazes de cumprir as responsabilidades assumidas, atingiu os 3100, o que representa um crescimento de mais 4% quando comparado com 2003. Já em 2003 esse indicador de insolvência tinha subido 42,4% em Portugal, pelo que em 2004 se assistiu, apesar de tudo, a um abrandamento do ritmo de crescimento das empresas insolventes.

É de salientar que, normalmente, uma situação de insolvência antecede uma situação de falência, pelo que outro efeito da perda de competitividade, mais imediatamente sentido, traduz-se no aumento do desemprego, que ultrapassou em 2004 a fasquia dos 6,5%.

À semelhança do observado na primeira metade do ano, o emprego do sector dos serviços foi o único a registar uma expansão em termos homólogos, ainda que em notória desaceleração. Em contraste, os sectores da indústria, construção e energia e da agricultura, silvicultura e pesca apresentam um ritmo de contracção do emprego menor que no primeiro semestre.

Essa perda da competitividade da economia leva a que qualquer expansão da procura interna se repercuta na contribuição negativa do exterior com o crescimento das exportações a não conseguir superar o efeito negativo do aumento das importações. De facto, o desequilíbrio das contas externas tem-se agravado, por força da balança comercial e da balança de capitais, ainda que contrariadas pela balança de serviços. Os últimos dados de comércio internacional mostraram uma subida de 20,5% do défice português nos primeiros meses do ano de 2004. A repartição das transacções nacionais entre os mercados da União Europeia e extracomunitário revelou maiores taxas de crescimento nominais no segundo caso.

Ao nível das contas públicas, este ano dever-se-á cumprir o critério do *défice*, ficando este indicador em 2,9%, após utilização, de novo, de medidas extraordinárias.

Para os próximos anos, segundo a Comissão Europeia, este indicador só ficará abaixo dos 3% pelo recurso, de novo, às mesmas receitas extraordinárias, situação que obviamente levanta preocupações acrescidas ao nível das reformas a encetar, com o objectivo de se atingir, num prazo razoável, uma situação de equilíbrio orçamental sustentável, sem a necessidade de recurso permanente aos mecanismos mencionados, até pela sua própria natureza.

A inflação apresenta uma tendência de queda que deverá continuar no próximo ano. Com efeito, a economia portuguesa encontra-se com uma inflação controlada, situando-se na ordem dos 2,5%.

Actividade

O exercício de 2004 assistiu a uma evolução natural do sistema de garantia mútua português, em que o papel das diversas entidades nele participantes se foi clarificando e especializando.

Por um lado, a SPGM continuou a concentrar-se nas suas actividades de sociedade gestora da contragarantia (isto é, do FCGM), quer ao nível financeiro, quer no que respeita à gestão do risco global no sistema e respectiva sinistralidade, de quase *holding* do sistema, assumindo o *marketing global* do produto garantia mútua e a coordenação geral das actividades em favor do mesmo, e, finalmente, de plataforma de serviços partilhados, ao nível do *backoffice*, para todas as entidades do sistema (a própria SPGM, o FCGM e todas as SGM), concentrando-se, neste caso, na melhoria dos processos e competências específicas neste domínio.

Por outro lado, as sociedades de garantia mútua (SGM) asseguraram e desenvolveram toda a actividade comercial tendente à emissão de garantias a favor das micro, pequenas e médias empresas, assim como a gestão individual do risco e o acompanhamento das respectivas carteiras de garantias.

O exercício agora findo fica, igualmente, marcado pelo envolvimento directo da SPGM na condução de diversas iniciativas especí-

ficas, destinadas à consolidação do sistema nacional de garantia mútua, nomeadamente:

1 — A preparação de todo o processo de constituição da Agrogarante SGM, em parceria com o programa AGRO e o IFADAP, sociedade de garantia mútua que irá dedicar-se ao sector agro-florestal, com incentivos directos do Ministério da Agricultura, através do programa AGRO, e cujo *dossier* de constituição se encontra, desde Novembro passado, em fase de apreciação no Banco de Portugal.

A constituição da Agrogarante SGM, cuja sede se situará em Coimbra, implicará ainda um reforço específico do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) com verbas do mesmo programa, de modo a assegurar a necessária contragarantia pelo FCGM das garantias que venham a ser emitidas pela nova SGM.

2 — A preparação do aumento do capital social das três SGM já existentes (Norgarante, Lisgarante e Garval), para 6 milhões, permitindo-lhes dispor de fundos próprios mais adequados, indispensáveis para que a sua missão possa ser cabalmente desenvolvida, ou seja, permitindo a emissão de maiores volumes de garantias em favor das PME mutualistas.

Estando já confirmada, em final de ano, a participação da banca nos aumentos de capital mencionados, com especial referência para, por um lado, a manutenção por parte dos actuais bancos de referência do sistema, e, por outro lado, para a entrada do Grupo Caixa Geral de Depósitos e da CCCAM, além da própria SPGM, que assegurará uma posição não inferior a 10% do capital após aumento em cada SGM, foi possível garantir já nas primeiras semanas de 2005 a necessária aprovação dos apoios solicitados ao PRIME para o reforço de capital das SGM, através de candidaturas preparadas pela sociedade e tramitadas junto do IAPMEI e ITP, bem como o reforço da participação mutualista que garante os limites legais obrigatórios.

Assim, serão os aumentos de capital submetidos à aprovação das assembleias gerais das respectivas SGM, a terem lugar no próximo mês de Março de 2005.

3 — A apresentação ao Fundo Europeu de Investimento (FEI) de uma nova candidatura ao abrigo do MAP Loan Guarantee Programme, da Comissão Europeia, gerido pelo FEI, com o objectivo de renovar a linha de garantia do FEI às contragarantias emitidas pelo FCGM em operações de garantia das SGM, relativas empréstimos de médio prazo (mais de três anos) e PME com menos de 100 trabalhadores.

Na sequência deste trabalho da sociedade, foi possível assinar, em meados de Novembro, um novo contrato com o FEI que permitirá a emissão de garantias para a tipologia de operações mencionada, até ao final de 2006.

Ao abrigo do novo contrato com o FEI estima-se um volume de garantias global de cerca de 77,3 milhões de euros, por sua vez contragarantidas pelo FCGM em 75%, beneficiando este último de uma garantia FEI de 50%, ou seja uma cobertura pelo FEI de 29 milhões de euros, com uma *cap rate* de 5%.

4 — A preparação e lançamento de uma nova campanha *umbrella* de marketing global sobre o produto garantia mútua, complementada, localmente, por campanhas específicas de cada uma das SGM.

Esta campanha, que decorre de Setembro de 2004 a Abril de 2005, surge na sequência dos bons resultados alcançados pela campanha levada a cabo entre o último quadrimestre de 2003 e o 1.º trimestre de 2004, e assentou numa imagem mais agressiva e apelativa para a marca garantia mútua, mantendo a assinatura cresça connosco, mas associando imagens de banda desenhada e frases fortes, como hoje em dia ninguém fia sem uma garantia, ou hoje em dia ninguém confia sem uma garantia, permitindo um aumento significativo da notoriedade do produto, num curto espaço de tempo.

Simultaneamente com os projectos específicos supra mencionados, a SPGM desenvolveu, ao longo de 2004, com apoio de uma reputada consultora externa, um conjunto de trabalhos destinados à melhoria dos seus sistemas de informação e das metodologias de funcionamento interno, que culminou no redesenho do Manual de Procedimentos Interno da Sociedade.

A implementação deste novo manual — que, em muitos casos sistematiza práticas já hoje levadas a cabo — com início previsto para o primeiro trimestre de 2005, permitirá um aumento da eficácia/eficiência da sociedade na execução dos diversos procedimentos levados a cabo a favor de todo o sistema de garantia, nomeadamente os respeitantes à fiabilidade e disponibilidade de informação para gestão e à actuação enquanto plataforma de serviços partilhados para um número crescente de entidades.

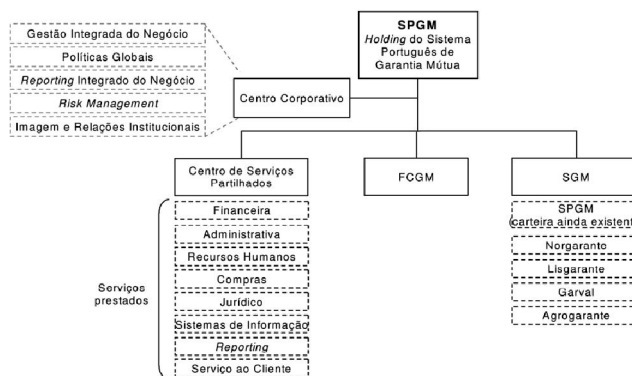
Além da implementação de um novo manual de procedimentos, a capacidade da sociedade para produzir em tempo muito reduzido informação de cariz comercial/operacional, financeira, contabilística e de gestão, quer individual (de cada uma das entidades), quer agregada (sobre todo o sistema) será, ainda, fortemente potenciada pelas facilidades do novo Sistema de Informação para Gestão — SIG.

Este sistema informático, que vem sendo desenvolvido há cerca de dois anos, e que opera uma base de dados central sobre uma plataforma totalmente Web, encontra-se já em funcionamento definitivo no que respeita ao módulo comercial/operacional, que sustenta todo o trabalho comercial/operacional e de contratação das SGM, e em testes finais quanto ao módulo financeiro — e neste caso assegurará a integração automática na contabilidade dos movimentos sobre operações de garantia, desde a contratação à gestão dos fluxos financeiros e contabilísticos ao longo da vida das garantias emitidas.

Estão, finalmente, em fase inicial de programação os módulos contencioso e acções, destinados a lidar com aspectos específicos do negócio garantia mútua, ou seja, a gestão das garantias executadas, por um lado, e do livro registo de acções das SGM, por outro lado.

A par da preparação do novo manual de procedimentos e dos desenvolvimentos finais do sistema de informação, procedeu-se a uma reflexão sobre o posicionamento estratégico e organizacional da sociedade, que permitiu um desenho mais moderno da sua estrutura de funcionamento, partindo dos objectivos estratégicos, e das grandes funções que estão atribuídas à SPGM, culminando numa filosofia que se pode resumir no esquema seguinte:

Posicionamento estratégico e organizacional da SPGM e grandes funções no âmbito do Sistema Nacional de Garantia Mútua



(a) O esquema considera já a futura Agrogarante.

Finalmente, ao longo de 2004 foi dedicada particular atenção ao acompanhamento da carteira de garantias ainda existente.

Como já referido no presente relatório, a conjuntura económica verificada levou à ocorrência de um significativo número de situações de incumprimento definitivo, com execução das garantias, ou de nítidas dificuldades de cumprimento por parte das empresas mutualistas, exigindo o estabelecimento de acordos de renegociação de dívida, e da garantia afecta.

Tais situações foram particularmente evidentes nas garantias emitidas no âmbito da medida especial do programa IMIT, integralmente contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo.

O pagamento de garantias da medida especial IMIT ascendeu, durante de 2004, a 4,4 milhões de euros, representando quase 66% dos 6,7 milhões de euros de incumprimentos suportados no exercício.

Em termos acumulados, as garantias pagas a beneficiários pela sociedade, desde o seu início, ascendem a cerca de 17,8 milhões de euros, sendo a medida IMIT responsável por cerca de 60% deste valor. Em termos líquidos, uma vez descontadas as recuperações já conseguidas — alguns valores estão ainda em processo contencioso —, e o recebimento da contragarantia paga pelo FCGM, a SPGM assumiu perdas líquidas de cerca de 3,25 milhões de euros, totalmente provisionadas no final do exercício.

Esta evolução da sinistralidade, se bem que claramente mais significativa do que em períodos anteriores, até pela conjuntura económica vivida pelas empresas, permite, uma vez reflectida a cobertura da contragarantia e as recuperações efectuadas, manter o saldo líquido de sinistros sobre o total de garantias emitidas pela sociedade num valor acumulado de cerca de 2,4%, valor resultante da ponderação do valor de perdas líquidas da carteira corrente, isto é não IMIT, até à

data, de 3,8% sobre as garantias totais emitidas, e de perdas líquidas nulas na carteira IMIT, pois esta medida tem contragarantia integral do FCGM, ao abrigo de uma dotação específica para o efeito efectuada pelo IAPMEI no início da medida.

Ênfase final para a fraca taxa de recuperação nos sinistros verificados na carteira da medida especial IMIT, de apenas 1,5% do total das garantias executadas e pagas, contra cerca de 17% de recuperações na chamada carteira corrente.

Tendo em consideração que, historicamente, o acompanhamento da carteira de garantias vivas era efectuado pelas equipas comerciais da SPGM, entretanto destacadas para as SGM criadas por cisão da própria SPGM, foi criado, em 2004, um departamento interno de acompanhamento, que conta com uma pequena equipa de trabalho específica.

Este departamento tem agido, sobretudo, numa perspectiva de minimização da incidência das perdas na carteira viva de garantias ainda existente, quer imediatamente na SPGM, enquanto sociedade garante, quer, posteriormente, no Fundo de Contragarantia Mútuo.

Numa conjuntura adversa para as pequenas e médias empresas, tem sido fundamental o estabelecimento de acordos de renegociação de dívida tripartidos, isto é, entre a entidade garante, a própria empresa e a entidade beneficiária da garantia. Tem-se evitado que estes acordos se transformem num mero adiar de problemas, mas, pelo contrário, que transmitam o mais realisticamente possível as verdadeiras hipóteses das empresas cumprirem os seus compromissos perante os beneficiários das garantias, evitando a passagem imediata do risco para a SPGM, como aconteceria se a garantia subjacente fosse de facto executada.

Em Maio de 2004, a SPGM organizou, em parceria com a Associação Europeia de Cauçionamento Mútuo — AECM, da qual é membro efectivo, o Congresso Anual da Associação, na cidade do Porto, subordinado ao tema «A transferência da propriedade de PME's e o

seu financiamento», e no qual participaram perto de trezentas pessoas, originárias de um alargado número de países.

A relevância do tema e a oportunidade da ocorrência deste evento em Portugal, no ano em que se comemorou o décimo aniversário da constituição da SPGM e, por isso, também dos primeiros passos do sistema de garantia mútua português, fizeram deste acontecimento um marco igualmente assinalável para a vida da Sociedade no ano agora findo.

A nível internacional, a SPGM tem participado em diversos fóruns de análise e discussão da problemática da garantia mútua, nomeadamente ao nível do *benchmarking group on guarantees* da Comissão Europeia.

No seio da Associação Europeia de Cauçionamento Mútuo, e enquanto membro efectivo com representação no conselho de administração da Associação, a SPGM colaborou activamente nos preparativos de um projecto europeu visando a dinamização de sistemas de garantia, sobretudo nos países que recentemente aderiram à União Europeia.

Aí, a experiência portuguesa é tida em especial consideração, sendo considerada como um modelo susceptível de adaptação noutras economias. Adicionalmente, a SPGM tem vindo a participar num grupo de trabalho organizado sob a égide da Comissão Europeia visando discutir e divulgar as melhores práticas existentes nos sectores de garantia mútua europeias.

Análise económica e financeira

O exercício de 2004 registou uma diminuição de 76,8% no resultado antes de impostos, o qual totalizou 195 000 euros, representando 5,1% do total de proveitos apurado. O imposto sobre lucros estimado ascende a 79,5 mil euros, representando uma taxa de 40,7% sobre o resultado antes de impostos.

Resultado	2003		2004		Variação	
	Euros	Porcentagem (a)	Euros	Porcentagem (a)	Euros	T.c.a. (porcentagem)
Total de proveitos	3 804 851	100,0	3 816 712	100,0	11 861	0,3
Total de custos	2 962 848	77,9	3 621 559	94,9	658 711	22,2
Resultado antes de impostos	842 003	22,1	195 153	5,1	— 646 850	— 76,8
Impostos sobre lucros	299 234	7,9	79 450	2,1	— 219 784	— 73,4
<i>Lucro do exercício</i>	<i>542 769</i>	<i>14,3</i>	<i>115 703</i>	<i>3,0</i>	<i>— 427 066</i>	<i>— 78,7</i>

Nota. — t. c. a. — taxa de crescimento anual.

(a) Percentagem do total de proveitos.

Em 2004, os proveitos totais da SPGM foram de 3,8 milhões de euros, reflectindo uma ligeira subida face ao ano anterior, sobretudo decorrente do aumento da rubrica de outros proveitos de exploração (constituídos em partes idênticas pela prestação de serviços às sociedades de garantia mútua — o que reflecte a assunção da SPGM como plataforma de serviços partilhados — e por cerca de 2/3 das receitas relativas ao apoio obtido junto do Programa Agro para suportar os custos da SPGM com a criação da Agrogarante — Sociedade de

Garantia Mútua, S. A., sociedade de garantia em constituição para o sector agro-florestal). Estes valores compensaram, parcialmente, o menor nível dos juros obtidos e de comissões cobradas.

A evolução da rubrica de juros obtidos relaciona-se directamente com a tendência de diminuição das taxas de juro ocorrida no mercado. O aumento do valor das provisões repostas e anuladas é consequência próxima da diminuição gradual da carteira de garantias vivas.

Proveitos	2003		2004		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	T.c.a. (porcentagem)
Juros e proveitos equiparados	1 292 601	34,0	1 070 802	28,1	— 221 799	— 17,2
Por garantias prestadas	937 583	24,6	754 957	19,8	— 182 626	— 19,5
Outros juros	355 018	9,3	315 845	8,3	— 39 173	— 11,0
Comissões	1 597 181	42,0	1 522 355	39,9	— 74 826	— 4,7
Lucros em operações financeiras	—	—	—	—	—	—
Reposições e anulações de provisões	842 733	22,1	1 019 059	26,7	176 326	20,9
Outros proveitos de exploração	30 450	0,8	191 560	5,0	161 110	529,1
Ganhos extraordinários	41 886	1,1	12 936	0,3	— 28 950	— 69,1
<i>Total</i>	<i>3 804 851</i>	<i>100,0</i>	<i>3 816 712</i>	<i>100,0</i>	<i>11 861</i>	<i>0,3</i>

Nota. — t. c. a.: taxa de crescimento anual.

Apesar das responsabilidades extra-patrimoniais relativas à emissão de garantias se encontrarem num processo de redução gradual, pelo motivo, já referido, de não renovação da carteira de garantias,

os proveitos obtidos pela prestação de garantias atingiram, em 2004, 755 000 euros, reflectindo um decréscimo de 19,5% relativamente ao ano de 2003.

A diminuição em cerca de 75 000 euros do valor das comissões obtidas, relativas à gestão do FCGM, resulta directamente da diminuição do capital gerido (por força da incorporação dos resultados negativos apurados no último exercício pelo FCGM).

Garantias	2003		2004		Variação	
	Euros	Porcentagem	Euros	Porcentagem	Euros	T.c.a. (percentagem)
PEDIP II			25 335 300	46,9		
PEDIP II FEI 50%	46 365 561	62,6	2 913 765	5,4	— 9 307 040	— 20,1
PEDIP II FEI 75%	—	—	8 809 457	16,3	—	—
IFT	4 132 490	5,6	2 816 149	5,2	— 625 040	— 15,1
IFT FEI 75%	—	—	691 301	1,3	—	—
IMIT	23 553 847	31,8	13 409 351	24,8	— 10 144 496	— 43,1
<i>Total</i>	74 051 898	100,0	53 975 322	100,0	— 20 076 576	— 27,1

Nota. — T.c.a. — taxa de crescimento anual.

No ano de 2004 procedeu-se a uma reclassificação das responsabilidades extrapatrimoniais de forma a espelhar mais correctamente as dotações/gavetas de capital que serviram de base à emissão das garantias pela SPGM, e do respectivo suporte financeiro em termos de contragarantias do FCGM, ele próprio constituído por diferentes dotações/gavetas.

Assim, a análise comparativa é efectuada recorrendo ao agrupamento, em relação ao ano de 2003, das dotações/gavetas PEDIP II, PEDIP II FEI 50%, PEDIP II FEI 75%, anteriormente designadas de indústria, bem como das gavetas IFT e IFT FEI 75%, anteriormente designadas de turismo. A gaveta IMIT mantém a total comparabilidade com o ano anterior.

Constata-se uma redução monetariamente próxima de 9 milhões de euros do valor das responsabilidades a favor do anterior sector indústria, de 10 milhões de euros do sector IMIT, e de cerca de 625 000 euros do antigo sector do turismo. No caso do IMIT, 4,4 milhões de euros referem-se a situações de execução de garantias, sem impacto líquido, no entanto, nas contas da SPGM, uma vez que este tipo de responsabilidades se encontra totalmente contragarantido. Das reduções registadas nos restantes tipos de operações, 2,3 milhões de euros representam situações de execução de garantias, ascendendo o impacto líquido nas contas da SPGM a 1,2 milhões de euros.

O valor total dos custos suportados aumentou em 2004 cerca de 659 000 euros, para o que contribuiu, por um lado, o acréscimo ocorrido na rubrica de provisões do exercício — que continua, ainda, a ser a

principal componente dos custos. Deve ser realçado que esta variação reflecte não só um maior nível de sinistralidade como também o reforço de 172 000 euros das provisões económicas. O aumento dos custos ficou a dever-se, por outro lado, ao aumento registado nas despesas de *marketing*, induzidas pela 2.ª campanha publicitária iniciada no último semestre de 2004 que, em conjunto com os custos já assumidos da campanha anterior, originaram um aumento de quase 43,3% em outros gastos administrativos.

As despesas incorridas em 2004, com a 2.ª fase da 1.ª campanha publicitária (1.º trimestre de 2004) da garantia mútua estão a ser diferidas por dois anos, à semelhança do que aconteceu com as despesas incorridas no ano de 2003, com a 1.ª fase da mesma campanha, na medida em que se entende tratar-se de despesas relativas a investimentos com efeito prolongado sobre a imagem global do produto garantia mútua, para além da data da sua ocorrência. O mesmo se passa com as despesas relativas à primeira fase da 2.ª campanha do produto garantia mútua, que se iniciou em Setembro de 2004, no âmbito das funções de dinamização da garantia mútua que competem à sociedade.

Quanto a outras componentes dos custos as variações são inexpressivas sendo apenas de realçar o menor nível dos custos com comissões e a redução dos custos com pessoal.

Este diferencial é maioritariamente explicado pelo já mencionado decréscimo gradual da carteira com efeitos na comissão de contragarantia suportada.

Custos	2003		2004		Variação	
	Euros	Porcentagem (a)	Euros	Porcentagem (a)	Euros	T.c.a. (percentagem)
Juros e custos equiparados	58 084	1,5	59 625	1,6	1 541	2,7
Comissões	133 106	3,5	98 500	2,6	— 34 606	— 26,0
Gastos gerais administrativos	1 261 536	33,2	1 426 398	37,4	164 862	13,1
Custos com pessoal	749 443	19,7	692 606	18,1	— 56 837	— 7,6
Outros gastos administrativos	512 093	13,5	733 792	19,2	221 699	43,3
Amortizações do exercício	167 172	4,4	170 818	4,5	3 646	2,2
Outros custos de exploração (b)	25 443	0,7	18 530	0,5	— 6 913	— 27,2
Provisões do exercício	1 312 952	34,5	1 822 115	47,7	509 163	38,8
Perdas extraordinárias	4 555	0,1	25 573	0,7	21 018	461,4
Total de custos antes de impostos	2 962 848	77,9	3 621 559	94,9	658 711	22,2

Nota. — T. c. a.: taxa de crescimento anual.

(a) Percentagem do total de proveitos.

(b) Inclui impostos (não sobre os lucros).

Em 31 de Dezembro de 2004, o activo líquido ascendia a 11,5 milhões de euros, ligeiramente inferior, em cerca de 67 000 euros, ao valor do ano anterior.

Perspectivas futuras

O ano de 2005 será um exercício de consolidação da SPGM, nos seus diversos papéis de sociedade fundamental do Sistema de Garantia Mútua português, solidificando e aperfeiçoando o caminho percorrido até agora.

O seu posicionamento como sociedade (quase) holding do Sistema de Garantia Mútua português manter-se-á como a linha fundamental do seu percurso em 2005. O ano de 2004 ficou ainda marcado pelo surgimento das duas primeiras agências de sociedades já constituídas

(Braga: da Norgarante e Faro: da Lisgarante) pelo que o ano 2005 consolidará estas agências bem como outras que possam ser criadas e actualmente já em estudo, nomeadamente no Funchal e em Leiria.

Continuará a ser prestada especial atenção à dinamização da garantia mútua em Portugal, de modo a que esta possa o mais rapidamente possível vir a ser reconhecida como da maior utilidade por um número sempre crescente de micro e pequenas e médias empresas. Será, por isso, prestado todo o suporte possível às iniciativas que se perspectivem neste sentido, nomeadamente fomentando a realização e participando em diversos tipos de eventos, como seminários, fóruns, *workshops*, etc., em que se aborde e divulgue o tema da garantia mútua.

O apoio às actuais sociedades de garantia mútua e suas agências, e àquelas que, entretanto, possam vir a ser constituídas, nomeadamente a Agrogarante SGM, que entrará em funcionamento durante o 1.º se-

maestre de 2005, deverá continuar a ser uma linha estratégica de orientação da SPM.

Deverão ser aperfeiçoadas as ligações às sociedades de garantia mútua, sobretudo no que se refere à preocupação de permitir que estas sociedades se concentrem tanto quanto possível no seu verdadeiro *core business* — o apoio às empresas mutualistas —, deixando para a SPM o assumir da maior parte das restantes áreas funcionais.

O aperfeiçoamento de algumas orientações e práticas fundamentais respeitantes à gestão da actual carteira de responsabilidades, iniciada já em 2004, continuará a ser uma das prioridades da Sociedade, visando minimizar potenciais perdas induzidas pela actual situação económica e financeira que caracteriza o nosso país e, em geral, a própria Europa.

Esperamos, em síntese, que o ano de 2005 — possa ficar associado à consolidação por parte da garantia mútua portuguesa de um estado de maioria, susceptível de permitir antever um futuro promissor para um mecanismo que não temos já dúvida ser de importância fundamental para o tecido empresarial das micro e pequenas e médias empresas.

Agradecimentos

O conselho de administração agradece todo o apoio e cooperação que, ao longo do exercício de 2004, lhe foram prestados por todas as entidades e pessoas com quem se relacionou no âmbito das diversas tarefas associadas ao funcionamento da sociedade.

Particularmente, aos demais órgãos sociais dirigimos um especial agradecimento pelo espírito de cooperação que sempre temos sentido.

Finalmente, endereçamos uma palavra de apreço à equipa da SPM, a quem reconhecemos o empenho posto no encaminhamento dos diversos assuntos da Sociedade e a sua dedicação ao objectivo último de permitir e fomentar o desenvolvimento do Sistema de Garantia Mútua Português.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	1 327	—	1 327	2 204
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	182 452	—	182 452	112 353
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	4 559 103	—	4 559 103	5 160 831
4 — Créditos sobre clientes	3 316 528	3 278 889	37 639	5 246
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
a) Obrig. e outros títulos de rendim. fixo — de emissores públicos	1 509 437	—	1 509 437	1 567 520
b) Obrig. e outros títulos de rendim. fixo — de outros emissores:				
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	48 710	—	48 710	8 760
7 — Participações	411 280	—	411 280	392 480
8 — Partes do capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	27 546	26 990	556	9 051
10 — Imobilizações corpóreas	2 532 070	694 644	1 837 426	1 794 055
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(838 535)	(126 584)	(711 951)	(726 008)
11 — Capital subscrito e não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	2 176 586	—	2 176 586	1 965 748
15 — Contas de regularização	780 419	—	780 419	594 144
16 — Prejuízos do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	15 545 459	4 000 523	11 544 936	11 612 392

PASSIVO

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	—	—
b) A prazo ou com pré-aviso	—	—

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, o conselho de administração propõe que a assembleia geral aprove a seguinte aplicação do resultado apurado no exercício de 2004, no valor de 115 703,26 euros:

Para reserva legal — 11 571 euros;

Para resultados transitados — 104 132,26 euros.

Porto, 2 de Março de 2005. — O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Não existe qualquer participação no capital social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização das sociedade.

Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2004, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no capital social da sociedade era a seguinte:

Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento — IAPMEI: 49,67%.

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*.

(Em euros)

	2004	2003
2 — Débitos para com clientes:		
a) À vista	—	—
b) A prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	568 542	438 807
5 — Contas de regularização	388 408	418 298
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	1 548 248	1 831 251
6-A — Fundo para riscos bancários gerais:		
8 — Passivos subordinados	—	—
9 — Capital subscrito	7 500 000	7 500 000
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	935 543	881 267
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	488 492	—
14 — Lucros do exercício	115 703	542 769
<i>Total do passivo</i>	<i>11 544 936</i>	<i>11 612 392</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2004	2003
1 — Passivos eventuais:		
Dos quais	53 975 322	74 051 898
Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados	—	—
Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos:		
Dos quais:		
Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	2 020 980	2 180 900

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS

(Em euros)

	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	59 625	58 084
2 — Comissões	98 500	133 106
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	1 426 398	1 261 536
a) Custos com pessoal	692 606	749 443
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(582 738)	(656 575)
(— encargos sociais)	(109 868)	(92 868)
Dos quais:		
(— com pensões)	—	—
b) Outros gastos administrativos	733 792	512 093
5 — Amortizações do exercício	170 818	167 172
6 — Outros custos de exploração	12 402	12 626
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	1 822 115	1 312 952

(Em euros)

	2004	2003
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
10 — Resultado da actividade corrente	(213 918)	(817 489)
11 — Perdas extraordinárias	25 573	4 555
13 — Impostos sobre lucros	79 450	299 234
14 — Outros impostos	6 128	12 817
15 — Lucro do exercício	115 703	542 769
<i>Total</i>	3 816 712	3 804 851

PROVEITOS

	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	1 070 802	1 292 601
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(137 419)	(137 419)
2 — Rendimentos de títulos:		
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	1 522 355	1 597 181
4 — Lucros em operações financeiras		
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativos a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	1 019 059	842 733
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	191 560	30 450
8 — Resultado da actividade corrente	—	—
9 — Ganhos extraordinários	12 936	41 886
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	3 816 712	3 804 851

O Conselho de Administração: José António Ferreira de Barros, presidente — José Fernando Ramos de Figueiredo — Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda. — O Técnico Oficial de Contas, António Carlos Gonçalves Lopes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

(Valores expressos em euros)

Introdução:

As notas n.ºs 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 13, 15 a 22, 24, 26, 29, 30, 33, 36, 37, 38, 40 e 42 a 50, previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

3 — Critérios de avaliação:

I — Especialização de exercícios:

A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II — Operações em títulos:

Títulos de investimento:

Definidos como sendo adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, mas cujo interesse na sua manutenção não esteja associado à actividade da sociedade, são valorizados, consoante a sua natureza, como segue:

1 — Rendimento variável — os títulos de rendimento variável são mantidos ao custo de aquisição, ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor;

2 — Rendimento fixo — são valorizados ao valor de aquisição quando emitidos com base no valor nominal.

III — Provisões para riscos de crédito:

São constituídos três tipos de provisão:

a) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e calculada:

i) Em relação às garantias accionadas, mediante a aplicação de uma taxa de 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos,

ii) Em relação a notas de débito emitidas, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o vencimento do respectivo crédito, constante no n.º 2 do artigo 3.º do aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal.

b) Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

c) Uma provisão para riscos bancários gerais, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

IV — Provisões para menos-valias em títulos e outras aplicações:

As menos-valias potenciais apuradas, quando o valor de mercado dos títulos e outras aplicações é inferior ao valor contabilístico, são integralmente provisionadas.

V — Imobilizações corpóreas:

O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da sociedade está valorizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

VI — Provisões para impostos sobre lucros:

Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável. As diferenças que existem entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para a tributação em IRC respeitam sobretudo, às correções fiscais resultantes da legislação em vigor.

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

No decurso do exercício de 2004 não se venceram quaisquer obrigações ou outros títulos de rendimento fixo.

10 — Inventário de títulos e de imobilizações financeiras:

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos de negociação:					
Títulos próprios:					
De rendimento variável:					
Acções	49 160	1,000	0,99084622	—	48 710
B) Títulos — investimento:					
De rendimento fixo — de emissores públicos:					
De dívida pública portuguesa:					
A curto prazo	—	—	—	—	—
A médio e a longo prazo	—	—	—	—	—
Cotados em Bolsa:					
OT — Fev/2006	29 000	49,880	52,05000000	53,87	1 509 437
C) Títulos-vencimento	—	—	—	—	—
D) Imobilizações financeiras:					
Participações:					
Em outras empresas no País	411 580	1,000	0,99927110	—	411 280
Total	489 740				1 969 427

As acções próprias em carteira foram adquiridas no âmbito dos acordos de recompra estabelecidos com as empresas mutualistas e/ou em processos especiais de falência e recuperação de empresas anteriormente mutualistas.

As imobilizações financeiras detidas referem-se às participações nas sociedades de garantia mútua (Norgarante: 25 770 000 euros, Lisgarante: 18 870 000 euros e Garval: 366 640 000 euros).

Quer num caso, quer no outro, o número de acções averbadas em nome da Sociedade, correspondentes a estas participações, pode não ter correspondência directa com o valor do investimento registado contabilisticamente, por força da pendência de alguns dos registos definitivos.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exercício	Alien. (líq.)	Abates (líq.)	Valor líq. em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Aqui- sições	Reaval. (líq.)					
Imobilizações financeiras:									
Participações	392 480	—	18 800	—	—	—	—	—	411 280
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de estabelecimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras	27 087	18 036	460	—	—	8 955	—	—	556
	27 087	18 036	460	—	—	8 955	—	—	556
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serv. próprio	838 535	112 527	—	—	—	14 057	—	—	711 951
Outros imóveis	937 208	36 648	—	—	—	14 500	—	—	886 060
Equipamento	616 367	448 880	127 194	—	—	113 797	—	—	180 884
Outras imobiliz. corpóreas	—	—	78 041	—	—	19 510	—	—	58 531
	2 392 110	598 055	205 235	—	—	161 864	—	—	1 837 426
Total	2 811 677	616 091	224 495	—	—	170 819	—	—	2 249 262

Registaram-se neste exercício abates e alienações de imobilizado corpóreo (equipamento) cujo valor de aquisição ascendia a 30 681 euros e 34 594 euros respectivamente.

Em qualquer dos casos os bens encontravam-se à data da operação totalmente amortizados. Da alienação do equipamento de transporte resultou uma mais-valia fiscal e contabilística de 11 000 euros, relevada em proveitos extraordinários.

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes:

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo:

	Outros créditos sobre instituições de crédito		Créditos sobre clientes	
	2004	2003	2004	2003
Prazos:				
Até três meses	4 559 103	5 160 831	302 993	77 937
De três meses a um ano	—	—	752 283	697 642
De um ano a cinco anos	—	—	2 261 251	1 446 490
Mais de cinco anos	—	—	—	—
Duração indeterminada	—	—	—	—
	<u>4 559 103</u>	<u>5 160 831</u>	<u>3 316 527</u>	<u>2 222 069</u>

23 — Compromissos assumidos:

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1.º grau, sem quaisquer outras garantias reais oferecidas. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias.

	2004	2003
Passivos eventuais:		
Garantias e avais	53 975 322	74 051 898
Outros passivos eventuais	—	—
Compromissos:		
Revogáveis	—	—
Irrevogáveis	<u>2 020 980</u>	<u>2 180 900</u>
	<u>55 996 302</u>	<u>76 232 798</u>

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avais, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 36 067 527 euros (dos quais 8 582 453 euros se encontram contragarantidos pelo FEI). Consequentemente, o valor de risco líquido decorrente das garantias e avais prestados pela sociedade ascende a 17 907 795 euros.

25 — Movimento nas provisões:

	Saldo inicial	Reforços	Utilizações	Anulações/ reposições	Saldo final
Crédito de cobrança duvidosa:					
Outros créditos	<u>2 216 823</u>	<u>1 632 623</u>	<u>23 993</u>	<u>546 564</u>	<u>3 278 889</u>
Depreciação de títulos:					
Investimento	—	—	—	—	—
Outras aplicações:					
Imóveis	—	—	—	—	—
Títulos	—	—	—	—	—
Riscos gerais de crédito:					
Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal	740 519	—	(360 676)	200 766	179 077
Interna	938 459	—	(755 831)	182 628	—
Outros	<u>1 876</u>	<u>17 536</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>19 412</u>
	<u>1 680 854</u>	<u>17 536</u>	<u>(1 116 507)</u>	<u>383 394</u>	<u>198 489</u>
Outros riscos e encargos	150 397	—	—	89 101	61 296
Para riscos bancários gerais	<u>—</u>	<u>171 956</u>	<u>1 116 507</u>	<u>—</u>	<u>1 288 463</u>
	<u>4 048 074</u>	<u>1 822 115</u>	<u>23 993</u>	<u>1 019 059</u>	<u>4 827 137</u>

As provisões para outros riscos e encargos referem-se a uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2000. Apesar de ter sido paga pela sociedade, nem o conselho de administração, nem o conselho fiscal e o auditor externo estiveram de acordo com esta liquidação, o que originou a apresentação atempada de impugnação judicial, que se encontra ainda por decidir. Esta verba era inicialmente de 150 397 euros tendo sido já reembolsado à sociedade, em 2004, por

iniciativa da administração fiscal, o montante de 89 101 euros, referente a uma aceitação parcial da impugnação judicial apresentada, com a consequente anulação/reposição da provisão respectiva.

Foram consideradas, neste exercício, provisões económicas no montante total de 1 288 463, apresentadas no mapa acima como para riscos bancários gerais. Esta verba resultou da reafecção de 1 116 507 euros de provisões anteriormente classificadas em riscos gerais de crédito e

do reforço de 171 956 euros decidido pela administração da sociedade, após análise detalhada da carteira de garantias em curso no final do ano.

A reafecção da verba anteriormente mencionada prende-se com o facto de já não fazer sentido a manutenção do critério original de constituição de provisões, numa fase em que não são efectuadas novas operações de garantia pela sociedade, antes se tornando importante uma abordagem mais rigorosa ao risco específico de cada operação, em cada momento do tempo.

Para melhor se perceber esta alteração, importa referir que historicamente a sociedade constituiu provisões que, de acordo com critérios de risco definidos pela sua administração, associados ao prazo e tipologia das operações, oscilavam entre 1% e 3% sobre os montantes vivos de cada garantia, em cada momento do tempo. De facto, estes critérios, que correspondiam a efectuar provisões acima do limite legal para risco gerais de crédito, definido pelo Banco de Portugal (1%), pretendiam já reflectir algum do risco económico associado a cada operação, mas correspondiam a um critério geral aplicado a todas as operações, e não a uma análise detalhada por operação.

Assim, trata-se de uma reafecção dos montantes constituídos em excesso para riscos gerais de crédito por parte da SPGM, quando comparados com os exigidos pelo Banco de Portugal (1% sobre a carteira líquida), passando a afectá-los à carteira após análise individual da mesma.

Após a análise de uma série de critérios, abaixo descritos, foi decidido o reforço deste montante em cerca de 172 000 euros.

Apesar das provisões económicas serem contabilizadas globalmente, a afectação do saldo global tem em conta, como já mencionado, o resultado do somatório dos riscos económicos imputados a cada garantia viva à data de 31 de Dezembro de 2004, após a análise cruzada de um conjunto de critérios específicos definidos, a saber: o tipo de contragarantia do FCGM; as contragarantias prestadas pelo cliente à SPGM; o tipo de operação; a existência de valores em dívida à SPGM, de pedidos de reestruturação da operação ou de valores executados.

Foram igualmente tomadas em consideração a evolução económica da empresa garantida e do sector de actividade no qual a empresa se insere.

27 — Contas diversas:

	2004	2003
Activo:		
Proveitos a receber	144 390	135 692
Despesas com custo diferido	574 234	193 276
Outras	61 795	265 176
	<u>780 419</u>	<u>594 144</u>
Passivo:		
Custos a pagar	129 411	111 407
Receitas com custo diferido	205 256	301 194
Outras	53 741	5 697
	<u>388 408</u>	<u>418 298</u>

A conta de proveitos a receber engloba cerca de 141 000 euros de proveitos a receber de juros de aplicações financeiras e 3000 euros de comissões de garantia postecipadas.

A conta de despesas com custo a diferir engloba 571 000 euros de despesas relacionadas com campanha publicitária da garantia mútua a diferir pelos anos de 2005 e 2006 bem como cerca de 3000 euros referente ao diferimento de seguros.

As outras contas de regularização activas referem-se a uma liquidação adicional de IRC relativa ao ano de 2000. Este processo originou, como já referido na nota anterior, a apresentação de impugnação judicial, que se encontra ainda por decidir em parte, pelo que o valor em causa está reflectido no activo e a provisão respectiva em outros riscos e encargos.

As contas de regularização passivas são constituídas por custos a pagar (essencialmente estimativa de férias e subsídio de férias), receitas com custos diferidos (integralmente referentes ao diferimento das comissões de garantias) e outras contas regularização passivas (englobam 48 000 euros referentes ao reembolso ao FCGM do montante resultante do processo de execução de penhores de acções que cobriam parte do risco em operações de garantia — e respectiva contragarantia).

28 — Títulos de investimento e negociação:

a) Montantes ainda não imputados a resultados respeitantes a:

	2004	2003
Títulos de investim. adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	62 923	121 000
Títulos de investim. adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	—	—

Os valores mencionados no quadro acima dizem respeito à amortização do prémio das obrigações do Tesouro adquiridas em Agosto de 1999 com vencimento em Fevereiro de 2006 e pagamento de cupão anual.

b) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de investimento cotados na Bolsa e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base nos valores de mercado:

	2004	2003
Valor de mercado desses títulos	1 562 236	1 645 699
Valor contabilizado dos títulos de investimento cotados	1 509 437	1 567 520
Diferença	<u>52 799</u>	<u>78 179</u>

c) Diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação cotados na Bolsa e o que lhes corresponderia caso a avaliação se fizesse com base no custo de aquisição:

	2004	2003
Valor contabilizado dos títulos de negociação a preços de mercado	—	—
Custo de aquisição	—	—
Diferença	—	—

31 — Outros activos e passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

	2004	2003
Outros activos:		
Outros valores disponíveis	—	—
Devedores e outras aplicações	2 176 586	1 965 748
	<u>2 176 586</u>	<u>1 965 748</u>
Outros passivos:		
Credores diversos	232 836	88 292
Outras exigibilidades:		
IRC	—	—
Diversos	335 706	350 515
	<u>568 542</u>	<u>438 807</u>

A rubrica de devedores e outras aplicações inclui 151 000 euros de IRC a receber assim como cerca de 1 719 000 euros referente à comissão de gestão do FCGM deduzida da comissão de contragarantia do mesmo. Este valor foi especializado por duodécimos mas apenas facturado no final do exercício e recebido já durante 2005.

A rubrica de credores diversos regista, fundamentalmente, os valores a pagar ao fornecedor do novo *software* informático de gestão, sendo que em outras exigibilidades estão reflectidos os valores a pagar ao Estado.

32 — Valores administrados pela instituição:

	2004	2003
Valores administrados pela instituição	75 909 769	79 925 095

Valores administrados pela SPGM como sociedade gestora do Fundo de Contragarantia Mútuo.

34 — Volume de emprego:

Administração: 3;
Quadros directivos e técnicos: 19;
Secretariado e administrativos: 4.

35 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

	2004	2003
Conselho de administração	213 713	230 320
Conselho fiscal	13 401	19 593
Assembleia geral	1 195	998
	<u>228 309</u>	<u>250 911</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

39 — Demonstração dos outros resultados da exploração e dos resultados extraordinários:

	2004	2003
Outros resultados de exploração:		
Custos:		
Quotizações e donativos	12 364	12 361
Outros	38	265
	<u>12 402</u>	<u>12 626</u>
Proveitos:		
Prestação de serviços	78 487	18 000
Reembolso de despesas	8	—
Outros	113 065	12 450
	<u>191 560</u>	<u>30 450</u>

A rubrica prestação de serviços refere-se a prestação de serviços administrativos e de contabilidade às sociedades de garantia mútua no âmbito da plataforma de serviços partilhados.

A rubrica de outros proveitos de exploração inclui um valor (cerca de 83 000 euros) referente ao incentivo atribuído e já contratado, mas ainda não recebido, ao abrigo do programa Agro — Médias 6: Engenharia financeira — Projecto tipo E — Elaboração de estudos de viabilidade de concepção e implementação de SGM, celebrado entre o IFADAP e a SPGM no âmbito da candidatura apresentada pela sociedade para cobertura de parte dos custos com o lançamento da Agrogarante — SGM, nesta altura em processo de constituição.

	2004	2003
Resultados extraordinários:		
Perdas:		
Relativas a exercícios anteriores	20 626	1 675
Outras	4 947	2 880
	<u>25 573</u>	<u>4 555</u>
Ganhos:		
Relativas a exercícios anteriores	1 936	41 886
Mais-valias realização valores	11 000	—
	<u>12 936</u>	<u>41 886</u>

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama:

	2004	2003
Reporte fiscal	—	—
Estimativa de impostos	79 450	299 234
Imposto pago	299	234

Outras informações:

A sociedade não tem dívidas em mora ao Estado ou à segurança social, entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração: *José António Ferreira de Barros*, presidente — *José Fernando Ramos de Figueiredo* — *Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, *António Carlos Gonçalves Lopes*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., as quais compreendem o balanço em 2004 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de 11 544 936 euros e um total de passivo, naquele mesmo montante, que inclui 7 500 000 euros de capital subscrito e realizado, bem como 935 543 euros de reservas, 488 492 euros de resultados transitados e lucros do exercício no valor de 115 703 euros), a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., em 2004 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Porto, 1 de Março de 2005. — Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *António Augusto dos Santos Carvalho*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório da nossa actividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas e relatório apresentados pelo conselho de administração da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., referentes ao ano de 2004.

Ao longo deste período, acompanhamos a actividade da empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte.

Como habitualmente, o conselho de administração e os serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Acompanhámos igualmente o desenvolvimento dos trabalhos efectuados pela sociedade de revisores oficiais de contas, membro deste conselho, e apreciamos o seu relatório anual.

Encerrado o exercício, analisámos o relatório do conselho de administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, bem como a certificação legal das contas, cujo teor mereceu a nossa concordância.

Considerando que o relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados:

1) O relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, referentes ao exercício de 2004, apresentados pelo conselho de administração;

2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2 de Março de 2005. — O Conselho Fiscal: *Daniel Bessa Fernandes Coelho*, presidente — *Sónia Maria Henrique Godinho Pinheiro*, vogal — Santos Carvalho & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *António Augusto dos Santos Carvalho*, revisor oficial de contas.

Relatório do auditor independente

1 — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, a demonstração dos resultados e as notas explicativas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data, que evidenciam um activo líquido de 11 544 936 euros e um resultado líquido positivo de 115 703 euros. A elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade consiste em expressarmos uma opinião profissional e independente baseada na auditoria (exame) que realizámos.

2 — O nosso exame foi realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos uma razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não erros ou omissões significativos. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da documentação de suporte dos valores e das informações constantes das demonstrações financeiras, e inclui também a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e da razoabilidade das estimativas significativas feitas pela administração, e ainda a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consideradas na sua generalidade. É nossa convicção que a auditoria que realizámos constitui uma base razoável da nossa opinião.

3 — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites, regulados pelo Banco de Portugal.

Porto, 3 de Março de 2005. — O Auditor, *BDO & Associados*.

Acta n.º 25 da assembleia geral

Aos 18 dias do mês de Março de 2005, pelas 16 horas, reuniu na sede social, sita na Rua Professor Mota Pinto, 42-F, 2.º, sala 206, Porto, a assembleia geral da SPGM — Sociedade de Investimento, S. A., com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Aprovação e votação do relatório de gestão e das contas referentes ao exercício de 2004;

2 — Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados do mesmo exercício de 2004;

3 — Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Outros.

A presidente da mesa da assembleia geral, Dr.ª Maria José Catarino, verificou a existência de *quorum*, estavam representados accionistas representando 79,49% do capital social, conforme resulta da lista de presenças. Estiveram também presentes os membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

A presidente da mesa deu início aos trabalhos, cumprimentou a assembleia e deu a palavra ao presidente do conselho de administração, Eng. José António de Barros, para apresentação do ponto um.

O presidente do conselho de administração começou por fazer a apresentação do relatório de gestão.

Explicou que a SPGM tem por missão desenvolver um sistema nacional de garantia mútua com vista a facilitar o acesso ao financiamento das PME, gerir o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), apoiar as várias entidades do sistema de garantia mútua e promover iniciativas dinamizadoras do sistema.

Neste âmbito a SPGM desenvolveu a segunda campanha de promoção da marca garantia mútua e tem vindo a colaborar com o Ministério da Agricultura, através do gabinete do gestor do programa AGRO e do IFADAP na criação de uma nova sociedade de garantia mútua para o sector agro-florestal, que se vai designar Agrogarante — Sociedade de Garantia Mútua, S. A., tendo levado a cabo todos os estudos bem como preparação do dossier de constituição junto do Banco de Portugal. O capital desta sociedade, de 6 milhões de euros, será assegurado por uma significativa cobertura de mutualistas, já obtida e pela presença dos principais bancos do sistema financeiro português, com especial relevo para o Grupo Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo. A principal fonte de financiamento será o programa Agro que, através da sua medida de engenharia financeira, assegurará uma participação do IFADAP no capital desta nova Sociedade em cerca de 2,8 milhões de euros. A SPGM participará no capital da nova SGM com o mesmo objectivo de assegurar a presença da SPGM enquanto *holding* do sistema.

De seguida, o presidente descreveu o esquema de funcionamento do Sistema Nacional de Garantia Mútua e explicou a sua organização:

i) A SPGM dispõe de um centro corporativo, que define as políticas globais, gere o risco consolidado no sistema, o *marketing* e imagem global do produto garantia mútua, bem como assegura o desenvolvimento integrado do sistema, além da ligação aos accionistas de referência;

ii) A SPGM gere o FCGM, nos termos do decreto-lei que criou o fundo;

iii) A SPGM funciona como centro de serviços partilhados para todas as entidades do sistema, isto é, o FCGM, a própria SPGM e todas as sociedades de garantia mútua (SGM), ao nível do *back-office*, sistemas e *reporting*;

iv) A SPGM detém participações em todas as sociedades de garantia mútua, assegurando uma função de *holding* do sistema;

v) Finalmente, a SPGM possui uma carteira de garantias que resultaram da fase piloto do projecto e não transitaram para as sociedades de Garantia Mútua Norgarante, SGM e Lisgarante, SGM no processo de cisão que lhes deu origem, carteira essa que se encontra nesta altura em *phasing-out*.

Quanto à evolução da actividade global, referiu que se mantém um crescimento sustentado da actividade de prestação de garantias, agora assegurado pelas SGM, entidades que desde Janeiro de 2003 são quem actua na vertente comercial, altura em que a SPGM deixou de prestar garantias e se remeteu às funções descritas anteriormente.

Relativamente à carteira da SPGM, referiu que o valor acumulado de garantias contratadas, e que resulta da actividade desenvolvida na já mencionada fase piloto do projecto, entre 1995 e 2002, era de 135 milhões de euros, sendo o saldo no fim do ano de 2004 de cerca de 53,9 milhões de euros.

Referindo-se à sinistralidade da carteira da SPGM, informou que a taxa bruta de perdas na carteira dita normal, ou seja, não IMIT, antes de recuperações e contragarantia do FCGM, se situava no final do ano em 5,4% do total de garantias emitidas, tendo verificado nos últimos dois anos uma deterioração acentuada, fruto da conjuntura económica vivida, em especial nos sectores ditos tradicionais da indústria portuguesa, onde se concentrava parte importante da carteira de garantias da fase piloto.

Ainda assim, frisou a boa taxa de recuperação de créditos na mesma carteira normal, que era em fim do exercício de cerca de 17% dos sinistros brutos verificados, ainda antes da contragarantia.

No que respeita à evolução global da carteira da SPGM e das SGM, informou que, desde que o sistema arrancou, foram já aprovadas cerca

de 2400 garantias, no valor de 390 628 milhões de euros, correspondente a cerca de 800 milhões de euros de crédito prestado a PME com o apoio da garantia mútua.

O presidente do conselho de administração passou então à demonstração de resultados, referindo que as contas do exercício de 2004 reflectem, entre outros custos, os relativos ao desenvolvimento do novo sistema informático de gestão integrada, o SIG, plataforma tecnologicamente avançada, específica para o sistema de garantia mútua, que opera com um único servidor central para a SPGM, o FCGM e as SGM, e também para as futuras agências destas. Este sistema foi integralmente desenvolvido pela sociedade com o apoio de uma *software-house* reputada, e está já a funcionar em pleno do lado das SGM, assegurando em *workflow* a gestão de toda a actividade comercial e de análise de operações de garantia, estando em testes finais de pré-arranque ao nível da integração contabilística e apoio aos serviços partilhados, realizados como é já referido pela SPGM para todas as entidades do sistema.

Referiu, ainda, os custos com a elaboração, pela consultora internacional Deloitte, ao longo de 2004, e com início de implementação projectado para o próximo mês de Abril, de um novo manual de procedimentos interna da SPGM, cujo objectivo é garantir uma maior eficiência e eficácia na resposta da sociedade aos seus clientes, bem como assegurar o controlo adequada das operações, quer ao nível do das suas funções de Centro de Serviços Partilhados do Sistema, quer em termos de normativo do Banco de Portugal. Espera-se que a implementação esteja concluída no prazo de três meses.

Assinalou, também, os custos relativos à celebração do 10.º aniversário da SPGM, tendo a sociedade organizado, em Portugal, com o apoio da associação europeia do sector, o Congresso Europeu de Caucionamento Mútuo, cujo tema central foi a mudança de titularidade das PME.

Finalmente, frisou a elevada nível de provisões efectuado, principal rubrica dos custos da sociedade, destinada não apenas a garantir o total provisionamento da carteira de sinistros até final do ano, como à realização, pela primeira vez na história da sociedade, de provisões económicas. Estas provisões totalizavam, no final do ano, e já considerando todos os movimentos feitos e explicitados nas notas às contas, um montante de cerca de 1,300 milhões de euros.

Apesar de consideradas, em final do exercício, suficientes para a cobertura dos riscos latentes, o presidente do conselho de administração referiu que é, ainda assim, possível que durante o próximo ano se verifique um aumento da sinistralidade, até pela elevada concentração da carteira nos chamados sectores tradicionais, o que levará, naturalmente, a um aumento das provisões.

O presidente do conselho de administração passou então à apresentação das contas da sociedade, referindo que houve uma redução de custos com pessoal, e um aumento dos gastos gerais administrativos, relacionados essencialmente com a especialização dos custos das campanhas de *marketing umbrella* da garantia mútua, com a implementação do novo sistema informático e com os restantes temas especiais mencionados.

Quanto aos proveitos, referiu que houve uma redução por força de uma diminuição nos proveitos financeiros e nas comissões de garantia, dada a natural redução da carteira de garantias viva, como já referido em *phasing out*.

O presidente referiu que a SPGM viu aprovado pelo programa Agro um apoio destinado a suportar parte dos custos com o trabalho desenvolvido com vista à constituição da Agrogarante SGM. Desse apoio, em final do exercício tinham já sido facturados 83 000 euros, mas ainda não recebidos, o que veio a ocorrer já nos primeiros meses de 2005. Referiu também que foram debitados às SGM cerca de 80 000 euros por serviços prestados no âmbito do Centro de Serviços Partilhados.

Passando ao balanço, referiu que o activo líquido se situava, no fim do nível de 2003.

De assinalar o valor significativo de provisões já anteriormente explicado.

Quanto aos compromissos, são os decorrentes da recompra de acções.

Relativamente à rubrica de outros activos e passivos a sociedade tem a recuperar valor do IRC referente à impugnação da liquidação adicional de IRC, ocorrida no ano transacto, valor que corresponde a cerca de 2/3 do total do valor impugnado, tendo já sido devolvido cerca de 60%.

Após a apresentação feita a presidente da mesa deu a palavra aos accionistas.

O IAPMEI pediu a palavra e no uso dela pediu um esclarecimento quanto às provisões económicas.

A presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração que explicou que resultaram de uma recomendação do Banco de Portugal, existindo uma grelha de indicadores aplicável a cada operação, que determinou o nível e o volume de provisões constituídas, conforme é referido nas notas às contas com detalhe.

Não querendo mais nenhum accionista usar da palavra, foi o ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se, então, ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

A presidente da mesa leu a proposta de aplicação de resultados proposta pelo conselho de administração.

De seguida deu a palavra aos accionistas.

Não querendo nenhum accionista usar da palavra, foi o ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Passou-se ao terceiro ponto da ordem de trabalhos.

O IAPMEI pediu a palavra para propor um voto de louvor aos órgãos de administração e fiscalização da sociedade pela elevada competência com que exerceram as suas funções durante o exercício.

Após esta intervenção a presidente da mesa deu a palavra aos accionistas.

Não querendo nenhum usar da palavra, foi o ponto posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

De seguida passou-se ao quarto e último ponto da ordem de trabalhos.

A presidente da mesa deu a palavra ao presidente do conselho de administração que informou a assembleia de que a SPGM está a promover o aumento de capital das sociedades de garantia mútua, devendo passar todas para um capital social de euros, de modo a suportar as necessidades em fundos próprios decorrentes do crescimento que se continuará a verificar na actividade das SGM.

O capital será subscrito por fundos do PRIME, da banca, da própria SPGM e em alguns casos por entidades associativas representantes de PME.

No que respeita à banca, destacou a entrada da CGD e da CCCAM, que até agora estiveram fora do sistema. De salientar a participação significativa das associações empresariais.

Quanto aos subscritores públicos, as participações do IAPMEI vão concentrar-se na Norgarante e na Garval e o ITP na Lisgarante.

As assembleias gerais respectivas estão marcadas para os dias 29, 30 e 31 de Março.

O presidente do conselho de administração informou ainda que vai haver uma alteração aos estatutos das SGM por forma a permitir o alargamento dos conselhos de administração daquelas sociedades para nove elementos por forma a permitir que neles estejam representados um número significativo de instituições de crédito e de associações.

Nas referidas assembleias gerais haverá também eleições para os respectivos órgãos sociais.

A presidente da mesa agradeceu a informações prestadas perguntou aos accionistas se mais alguém queria usar da palavra.

Nada mais havendo a tratar a presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos pelas 17 horas.

A Mesa da Assembleia Geral, *Maria José Catarino*, presidente.

2000636900

VISDELFABER — MATERIAIS SIDERÚRGICOS, L.^{DA}

Relatório n.º 1-AG/2007

Conservatória do Registo Comercial de Viseu. Matrícula n.º 2291; identificação de pessoa colectiva n.º 502903970; inscrição n.º 6; número e data da apresentação: 22/8 de Agosto de 2005.

José Luís Pinto das Neves e Matos, escriturário superior da Conservatória do Registo Comercial de Viseu:

Certifica que a sociedade em epígrafe alterou o pacto social (projecto de fusão), conforme extracto que se junta.

Mais certifico, que o texto actualizado do contrato encontra-se depositado na pasta respectiva.

Viseu, 19 de Agosto de 2005. — O Escriturário Superior, *José Luís Pinto das Neves e Matos*.

Balço em Março de 2005

ACTIVO

Código das contas			2005		2004
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
C					
		Imobilizado:			
I		Imobilizações incorpóreas:			
1	431	Despesas de instalação	2 784,14	—	2 784,14
1	432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—
4	435/6	Form. profissional/certif. da qualidade	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
4	449	Adiant. por conta de imobiliz. incorp.	—	—	—
			<u>2 784,14</u>	<u>—</u>	<u>2 784,14</u>
II		Imobilizações corpóreas:			
1	421	Terrenos e recursos naturais	—	—	—
1	422	Edifícios e outras construções	54 893,93	3 642,32	51 251,61
2	423	Equipamento básico	25 296,66	24 184,01	1 112,65
2	424	Equipamento de transporte	196 323,39	166 325,29	29 998,10
3	425	Ferramentas e utensílios	4 327,35	3 384,96	942,39
3	426	Equipamento administrativo	28 486,12	24 418,05	4 068,07
3	427	Taras e vasilhame	—	—	—
3	429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
4	448	Adiant. por conta de imobiliz. corp.	—	—	—
			<u>309 327,45</u>	<u>221 954,63</u>	<u>87 372,82</u>
III		Investimentos financeiros:			
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—
3	4114	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplic. financeiras	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—
6	447	Adiant. por conta de invest. financeiros	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
D		Circulante:			
I		Existências:			
1	36	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—
3	34	Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—
3	32	Mercadorias	395 920,57	—	395 920,57
4	37	Adiant. por conta de compras	—	—	—
			<u>395 920,57</u>	<u>—</u>	<u>395 920,57</u>
II		Dívidas de terceiros — médio/longo prazos	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — curto prazo:			
1	211	Clientes, c/c	868 898,54	—	868 898,54
1	212	Clientes — títulos a receber	183 287,61	—	183 287,61
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	119 321,80	119 321,80	—
2	252	Empresas do grupo	—	—	—
3	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—
4	2619	Adiant. a fornec. de imobilizado	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos	3 684,59	—	3 684,59
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	1 500,00	—	1 500,00
			<u>1 176 692,54</u>	<u>119 321,80</u>	<u>1 057 370,74</u>
					<u>1 168 868,09</u>

Código das contas			2005		2004
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
III		Títulos negociáveis:			
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—
3	1521	Obrig. e tít. part. em empr. do grupo	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—
3	1522	Obrig. e tít. part. em empr. associadas	—	—	—
3	1513/23+159/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—
			—	—	—
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	171 331,42		171 331,42
11		Caixa	30 148,06		30 148,06
			201 479,48		201 479,48
E		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimos de proveitos	—		—
	272	Custos diferidos	—		501,27
			—		501,27
		Total das amortizações		221 954,63	
		Total das provisões		119 321,80	
		Total do activo	2 086 204,18	341 276,43	1 744 927,76
					1 570 814,99

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
A		Capital próprio:		
I	51	Capital	399 038,31	399 038,31
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
	56	Reservas de reavaliação	—	—
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	14 600,82	14 600,82
3	572	Reservas estatutárias	—	—
4	573	Reservas contratuais	—	—
4	574 a 579	Outras reservas	0,01	—
V	59	Resultados transitados	129 323,18	113 632,57
		Subtotal	552 962,32	527 271,70
VI	88	Resultado líquido do exercício	89 885,34	25 690,61
	89	Dividendos antecipados	—	—
		Total do capital próprio	642 847,66	552 962,31
		Passivo:		
B		Provisões para riscos e encargos:		
1	291	Provisões para pensões	—	—
2	292	Provisões para impostos	—	—
3	293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
			—	—
C		Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
			—	—

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
C		Dívidas a terceiros — curto prazo:		
1		Empréstimos por obrigações:		
	2321	Convertíveis	—	—
	2322	Não convertíveis	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	131 226,75	131 296,58
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	909 617,73	816 141,88
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
6	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
7	2612	Fornecedores do imobilizado — títulos a pagar	—	—
8	252	Empresas do grupo	—	—
8	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	498,80	498,80
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	32 318,27	35 597,41
8	24	Estado e outros entes públicos	5 734,89	15 944,08
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	—	—
			<u>1 079 396,44</u>	<u>999 478,75</u>
D		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimos de custos	22 683,66	18 373,93
	274	Proveitos diferidos	—	—
			<u>22 683,66</u>	<u>18 373,93</u>
		<i>Total do passivo</i>	<u>1 102 080,10</u>	<u>1 017 852,68</u>
		<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>1 744 927,76</u>	<u>1 570 814,99</u>

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Março de 2005

CUSTOS E PERDAS

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
2.a)	61	Custos das merc. vend. e mat. consumidas:		
		Mercadorias	475 472,02	2 972 527,63
		Matérias	—	2 972 527,63
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	14 226,21	64 208,84
3		Custos com o pessoal:		
3.a)	641+642	Remunerações	26 576,39	112 702,88
3.b)		Encargos sociais:		
	643+644	Pensões	—	—
	645/8	Outros	6 197,13	32 693,90
4.a)	66	Amort. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	3 829,93	15 319,73
4.b)	67	Provisões	—	55 515,11
5	63	Impostos	379,47	4 426,44
5	65	Outros custos e perdas operacionais	—	4 426,44
		(A)	526 681,15	3 257 394,53
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas ...	—	—
6	683+684	Amortiz. e prov. de aplic. e invest. financ.	—	—
7	(2)	Juros e custos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	16 034,75	65 347,36
			<u>16 034,75</u>	<u>65 347,36</u>

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
10	69	(C) Custos e perdas extraordinárias	542 715,90 230,00	3 322 741,89 334,85
8+11	86	(E) Impostos sobre o rendimento do exercício	542 945,90 —	3 323 076,74 —
13	88	(G) Resultado líquido do exercício	542 945,90 89 885,34	3 333 276,77 25 690,61
			632 831,24	3 358 967,38

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
1	71	Vendas:		
		Mercadorias	631 756,20	3 357 392,07
		Produtos	—	—
1	72	Prestação de serviços	— 631 756,20	— 3 357 392,07
2		Variação da produção	—	—
3	75	Trabalhos para a própria empresa	213,21	296,40
4	73	Proveitos suplementares	—	—
4	74	Subsídios à exploração	—	—
4	76	Outros proveitos operacionais	— 213,21	— 296,40
		(B)	631 969,41	3 357 688,47
5	782	Ganhos em empresas do Grupo e associadas	—	—
5	784	Rendimentos de participações de capital	—	—
6	(4)	Rend. de tit. negoc. e outras aplic. financeiras:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	—	—
7	(5)	Outros juros e proveitos similares:		
		Relativos a empresas do Grupo	—	—
		Outros	— 861,83	— 1 278,91
		(D)	632 831,24	3 358 967,38
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários	—	—
		(F)	632 831,24	3 358 967,38

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	105 288,26	100 293,94
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	— 15 172,92	— 64 068,45
Resultados correntes (D)–(C) =	90 115,34	36 225,49
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	89 885,34	35 890,64
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	89 885,34	25 690,61

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Delfaber — Armazém de Ferro, L.ª

Balanço em Março de 2005

ACTIVO

Código das contas			2005		2004
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
C		Imobilizado:			
I		Imobilizações incorpóreas:			
1	431	Despesas de instalação	5 891,01	—	5 891,01
1	432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	—	—	—

Código das contas			2005			2004
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—	—
4	435/6	Form. profissional/certif. da qualidade	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	449	Adiant. por conta de imobiliz. incorp.	—	—	—	—
			<u>5 891,01</u>	<u>—</u>	<u>5 891,01</u>	<u>5 891,01</u>
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais	32 573,75	—	32 573,75	32 573,75
1	422	Edifícios e outras construções	560 245,41	160 699,40	399 546,01	402 347,24
2	423	Equipamento básico	84 254,70	84 254,70	—	837,72
2	424	Equipamento de transporte	438 851,54	327 493,37	111 358,17	120 274,40
3	425	Ferramentas e utensílios	12 038,84	11 094,39	944,45	345,20
3	426	Equipamento administrativo	60 810,22	58 229,78	2 580,44	2 991,96
3	427	Taras e vasilhame	5 777,34	2 015,32	3 762,02	3 797,77
3	429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	448	Adiant. por conta de imobiliz. corp.	—	—	—	—
			<u>1 194 551,80</u>	<u>643 786,96</u>	<u>550 764,84</u>	<u>563 168,04</u>
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	4114	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplic. financeiras	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
6	447	Adiant. por conta de invest. financeiros	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
D		Circulante:				
I		Existências:				
1	36	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
3	34	Subprodutos, desperd., resíduos e refugos	—	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
3	32	Mercadorias	582 577,88	—	582 577,88	655 359,44
4	37	Adiant. por conta de compras	—	—	—	—
			<u>582 577,88</u>	<u>—</u>	<u>582 577,88</u>	<u>655 359,44</u>
II		Dívidas de terceiros — médio/longo prazos	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
II		Dívidas de terceiros — curto prazo:				
1	211	Clientes, c/c	724 429,17	—	724 429,17	767 532,50
1	212	Clientes — títulos a receber	128 345,96	—	128 345,96	114 502,61
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	249 403,52	216 963,14	32 440,38	32 440,38
2	252	Empresas do grupo	—	—	—	—
3	253+254	Empresas participadas e participantes ..	—	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
4	229	Adiantamentos a fornecedores	—	—	—	—
4	2619	Adiant. a fornec. de imobilizado	—	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos	11 917,43	—	11 917,43	10 316,43
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	28 898,17	—	28 898,17	28 898,17
			<u>1 142 994,25</u>	<u>216 963,14</u>	<u>926 031,11</u>	<u>953 690,09</u>
III		Títulos negociáveis:				
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—	—
3	1521	Obrig. e tit. part. em empr. do grupo	—	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—	—
3	1522	Obrig. e tit. part. em empr. associadas	—	—	—	—
3	1513/23+159/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

Código das contas		2005			2004
CEE	POC	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IV		Depósitos bancários e caixa:			
	12+13+14	Depósitos bancários	265,83	265,83	16 738,37
11		Caixa	15 916,39	15 916,39	5 054,25
			16 182,22	16 182,22	21 792,62
E		Acréscimos e diferimentos:			
	271	Acréscimos de proveitos	—	—	—
	272	Custos diferidos	—	—	501,27
			—	—	501,27
		Total das amortizações	643 786,96		
		Total das provisões	216 963,14		
		Total do activo	2 942 197,16	2 081 447,06	2 206 095,82

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas				2005	2004
CEE	POC				
A		Capital próprio:			
I	51	Capital		498 797,91	498 797,91
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	—	—	—
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—	—
	56	Reservas de reavaliação	42 293,97	42 293,97	
IV		Reservas:			
1/2	571	Reservas legais	223 793,23	223 793,23	
3	572	Reservas estatutárias	—	—	
4	573	Reservas contratuais	—	—	
4	574 a 579	Outras reservas	166 122,88	125 598,52	
V	59	Resultados transitados	—	—	28 885,72
		Subtotal	931 007,99	919 369,35	
VI	88	Resultado líquido do exercício	53 044,16	11 638,64	
	89	Dividendos antecipados	—	—	
		Total do capital próprio	984 052,15	931 007,99	
		Passivo:			
B		Provisões para riscos e encargos:			
1	291	Provisões para pensões	—	—	
2	292	Provisões para impostos	—	—	
3	293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—	
			—	—	
C		Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—	
	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—	
	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	
			—	—	
C		Dívidas a terceiros — curto prazo:			
1		Empréstimos por obrigações:			
	2321	Convertíveis	—	—	
	2322	Não convertíveis	—	—	
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—	
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	371 427,34	340 714,60	
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—	

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
4	221	Fornecedores, c/c	606 494,59	823 441,18
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
6	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
7	2612	Fornecedores do imobilizado — títulos a pagar	—	—
8	252	Empresas do grupo	—	—
8	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	—	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	64 780,94	72 506,22
8	24	Estado e outros entes públicos	25 346,56	13 075,21
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	—	—
			<u>1 068 049,43</u>	<u>1 249 737,21</u>
D		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimos de custos	29 345,48	25 350,62
	274	Proveitos diferidos	—	—
			<u>29 345,48</u>	<u>25 350,62</u>
<i>Total do passivo</i>			<u>1 097 394,91</u>	<u>1 275 087,83</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>			<u>2 081 447,06</u>	<u>2 206 095,82</u>

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Março de 2005

CUSTOS E PERDAS

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC					
2.a)	61	Custos das merc. vend. e mat. consumidas:				
		Mercadorias	491 101,28		2 982 637,20	
		Matérias	—	491 101,28	—	2 982 637,20
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos		21 877,89		119 879,30
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	36 947,62		36 947,62	
3.b)		Encargos sociais:				
	643+644	Pensões	—		—	
	645/8	Outros	8 127,91	45 075,53	43 840,99	219 610,50
4.a)	66	Amort. do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	12 403,20		49 612,81	
4.b)	67	Provisões	—	12 403,20	138 970,07	188 582,88
5	63	Impostos	1 390,74		4 426,44	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	307,20	1 697,94	528,50	11 834,20
(A)				572 155,84		3 522 544,08
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas		—		—
6	683+684	Amortiz. e prov. de aplic. e invest. financ.		—		—
7	(2)	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresas do Grupo	—		—	
		Outros	14 410,03	14 410,03	60 105,35	60 105,35
(C)				586 565,87		3 582 649,43
10	69	Custos e perdas extraordinárias		124,70		1 547,05
(E)				586 690,57		3 584 196,48
8+11	86	Impostos sobre o rendimento do exercício		—		—
(G)				586 690,57		3 589 347,85
13	88	Resultado líquido do exercício		53 044,16		11 638,64
				<u>639 734,73</u>		<u>3 600 986,49</u>

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC					
1	71	Vendas:				
		Mercadorias	639 028,72		3 593 468,78	
		Produtos	—		—	
1	72	Prestações de serviços	—	639 028,72	—	3 593 468,78
2		Variação da produção	—		—	
3	75	Trabalhos para a própria empresa	—		1 097,46	
4	73	Proveitos suplementares	—		—	
4	74	Subsídios à exploração	—		—	
4	76	Outros proveitos operacionais	201,81	201,81	—	1 097,46
		(B)		639 230,53		3 594 566,24
5	782	Ganhos em empresas do Grupo e associadas	—		—	
5	784	Rendimentos de participações de capital	—		—	
6		Rend. de tit. negoc. e outras aplic. financeiras:				
		Relativos a empresas do Grupo	—		—	
		Outros	—		—	
7		Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do Grupo	—		—	
		Outros	—	—	1 213,45	1 213,45
		(D)		639 230,53		3 595 779,69
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		504,20		5 206,80
		(F)		639 734,73		3 600 986,49

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	67 074,69	72 022,16
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	– 14 410,03	– 58 891,90
Resultados correntes (D)–(C) =	52 664,66	13 130,26
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	53 044,16	16 790,01
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	53 044,16	11 638,64

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço em Março de 2005 (após fusão)

ACTIVO

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
C		Imobilizado:				
I		Imobilizações incorpóreas:				
1	431	Despesas de instalação	8 675,15	—	8 675,15	5 891,01
1	432	Despesas de investig. e de desenvolvim.	—	—	—	—
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	—	—	—	—
3	434	Trespases	—	—	—	—
4	435/6	Form. profissional/certif. da qualidade	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	449	Adiant. por conta de imobiliz. incorp.	—	—	—	—
			8 675,15	—	8 675,15	5 891,01
II		Imobilizações corpóreas:				
1	421	Terrenos e recursos naturais	32 573,75	—	32 573,75	32 573,75
1	422	Edifícios e outras construções	615 139,34	164 341,72	450 797,62	402 347,24
2	423	Equipamento básico	109 551,36	108 438,71	1 112,65	837,72
2	424	Equipamento de transporte	635 174,93	493 818,66	141 356,27	120 274,40
3	425	Ferramentas e utensílios	16 366,19	14 479,35	1 886,84	345,20
3	426	Equipamento administrativo	89 296,34	82 647,83	6 648,51	2 991,96
3	427	Taras e vasilhame	5 777,34	2 015,32	3 762,02	3 797,77
3	429	Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
4	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
4	448	Adiant. por conta de imobiliz. corp.	—	—	—	—
			1 503 879,25	865 741,59	638 137,66	563 168,04

Código das contas			2005		2004	
CEE	POC		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
III		Investimentos financeiros:				
1	4111	Partes de capital em empresas do grupo	—	—	—	—
2	4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—
3	4114	Partes de capital em empresas associadas	—	—	—	—
4	4122+4132	Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—
5	4113+414+415	Títulos e outras aplic. financeiras	—	—	—	—
6	4123+4133	Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
6	441/6	Imobilizações em curso	—	—	—	—
6	447	Adiant. por conta de invest. financeiros	—	—	—	—
			—	—	—	—
D		Circulante:				
I		Existências:				
1	36	Mat.-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
2	35	Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
3	34	Subproduto, desperd., resíduos e refugos	—	—	—	—
3	33	Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
3	32	Mercadorias	978 498,45	—	978 498,45	655 359,44
4	37	Adiant. por conta de compras	—	—	—	—
			978 498,45	—	978 498,45	655 359,44
II		Dívidas de terceiros — médio/longo prazos	—	—	—	—
II		Dívidas de terceiros — curto prazo:				
1	211	Clientes, c/c	1 593 327,71	—	1 593 327,71	767 532,50
1	212	Clientes — títulos a receber	311 633,57	—	311 633,57	114 502,61
1	218	Clientes de cobrança duvidosa	368 725,32	336 284,94	32 440,38	32 440,38
2	252	Empresas do grupo	—	—	—	—
3	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
4	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
4	229	Adiant. a fornecedores	—	—	—	—
4	2619	Adiant. a fornec. de imobilizado	—	—	—	—
4	24	Estado e outros entes públicos	15 602,02	—	15 602,02	10 316,43
4	262/6/7/8+221	Outros devedores	30 398,17	—	30 398,17	28 898,17
			2 319 686,79	336 284,94	1 983 401,85	953 690,09
III		Títulos negociáveis:				
1	1511	Acções em empresas do grupo	—	—	—	—
3	1521	Obrig. e tit. part. em empresas do grupo	—	—	—	—
3	1512	Acções em empresas associadas	—	—	—	—
3	1522	Obrig. e tit. part. em empresas associadas	—	—	—	—
3	1513/23+159/9	Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
3	18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
			—	—	—	—
IV		Depósitos bancários e caixa:				
	12+13+14	Depósitos bancários	171 597,25	—	171 597,25	16 738,37
	11	Caixa	46 064,45	—	46 064,45	5 054,25
			217 661,70	—	217 661,70	21 792,62
E		Acréscimos e diferimentos:				
	271	Acréscimos de proveitos	—	—	—	—
	272	Custos diferidos	—	—	—	6 194,62
			—	—	—	6 194,62
Total das amortizações				865 741,59		
Total das provisões				336 284,94		
Total do activo			5 028 401,34	1 202 026,53	3 826 374,82	2 206 095,82

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas			2005	2004
CEE	POC			
A		Capital próprio:		
I	51	Capital	824 645,54	498 797,91
	521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—
	522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—
	53	Prestações suplementares	—	—
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	317 000,03	—
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	—
	56	Reservas de reavaliação	42 293,97	42 293,97
IV		Reservas:		
1/2	571	Reservas legais	223 793,23	223 793,23
3	572	Reservas estatutárias	—	—
4	573	Reservas contratuais	—	—
4	574 a 579	Outras reservas	166 122,88	125 598,52
V	59	Resultados transitados	—	28 885,72
		<i>Subtotal</i>	<u>1 573 855,65</u>	<u>919 369,35</u>
VI	88	Resultado líquido do exercício	53 044,16	11 638,64
	89	Dividendos antecipados	—	—
		<i>Total do capital próprio</i>	<u>1 626 899,81</u>	<u>931 007,99</u>
		Passivo:		
B		Provisões para riscos e encargos:		
1	291	Provisões para pensões	—	—
2	292	Provisões para impostos	—	—
3	293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>
C		Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
	231+12	Dívidas a instituições de crédito	—	—
	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	—	—
	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
			<u>—</u>	<u>—</u>
C		Dívidas a terceiros — curto prazo:		
1		Empréstimos por obrigações:		
	2321	Convertíveis	—	—
	2322	Não convertíveis	—	—
1	233	Empréstimos por títulos de participação	—	—
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	502 654,09	340 714,60
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	—	—
4	221	Fornecedores, c/c	1 516 112,32	823 441,18
4	228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	—	—
6	222	Fornecedores — títulos a pagar	—	—
7	2612	Fornecedores do imobilizado — títulos a pagar	—	—
8	252	Empresas do grupo	—	—
8	253+254	Empresas participadas e participantes	—	—
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—
8	219	Adiantamentos de clientes	498,80	—
8	239	Outros empréstimos obtidos	—	—
8	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	97 099,21	72 506,22
8	24	Estado e outros entes públicos	31 081,45	13 075,21
8	262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	—	—
			<u>2 147 445,87</u>	<u>1 249 737,21</u>
D		Acréscimos e diferimentos:		
	273	Acréscimos de custos	52 029,14	25 350,62
	274	Proveitos diferidos	—	—
			<u>52 029,14</u>	<u>25 350,62</u>
		<i>Total do passivo</i>	<u>2 199 475,01</u>	<u>1 275 087,83</u>
		<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>3 826 374,82</u>	<u>2 206 095,82</u>

A Gerência: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Relatório do revisor oficial de contas

1 — *Introdução.* — Fomos designados pelo órgão de gestão de Delfaber — Armazém de Ferro, L.^{da}, para proceder ao exame do relatório justificativo da transformação desta sociedade em Delfaber — Armazém de Ferro, S. A., a fim de dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 132.º do Código das Sociedades Comerciais.

2 — Foi-nos apresentado o referido relatório, datado de 31 de Maio de 2005, e os respectivos anexos, que compreendem o balanço especialmente organizado (que evidencia um total de capital próprio de 1 626 899,81 euros, incluindo 824 645,54 euros de capital social, 371 000,03 euros de prémio de emissão de quotas, 432 210,08 euros de reservas e 53 044,16 euros de resultados líquidos, da sociedade referido a 31 de Março de 2005, que não foi objecto de certificação legal das contas, e o projecto do novo contrato social.

3 — Tanto o relatório justificativo como as demonstrações financeiras consubstanciam uma situação económico-financeira resultante de prévia fusão, por absorção, com a sociedade Visdelfaber — Materiais Siderúrgicos, L.^{da}, detida pelos mesmos sócios.

4 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do órgão de gestão a elaboração do relatório justificativo da transformação previsto no artigo 132.º do Código das Sociedades Comerciais. A nossa responsabilidade consiste em examinar o referido relatório e emitir o parecer exigido naquele Código.

5 — *Âmbito.* — O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria (DRA) da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a DRA 843 — Transformação de Sociedades, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de verificar que não existe algum dos seguintes impedimentos constantes do n.º 1 do artigo 131.º do Código das Sociedades Comerciais:

- a) O capital não estar integralmente liberado ou não estarem totalmente realizadas as entradas convencionadas no contrato;
- b) O balanço da sociedade a transformar mostrar que o valor do seu património é inferior à soma do capital e reserva legal;
- c) Haver oposição de sócios titulares de direitos especiais que não possam ser mantidos depois da transformação.

6 — Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do nosso relatório.

Condicionamentos da transformação:

7 — Previamente à transformação propriamente dita o capital social é elevado para 1 000 000 de euros, incorporação de reservas legais, na proporção das respectivas quotas.

Deste modo e segundo os elementos económico financeiros evidenciados pela sociedade à data de 31 de Março de 2005, temos que a relação de troca com base em critérios contabilísticos das quotas detidas pelos sócios de Delfaber — Armazém de Ferro, L.^{da} em Delfaber — Armazém de Ferro, S. A., é a seguinte, considerando que cada acção terá o valor nominal de um euro:

(Em euros)						
Sócio	Número de contribuinte	Capital actual (a)	Aumento de capital	Capital após aumento	Número de acções	Porcentagem
Daniel de Melo da Silva Pereira	135016231	397 986,71	84 629,29	482 616,00	482 616	48,2614
Marília Cardoso Carvalho Pereira	135016274	198 993,39	42 314,64	241 308,00	241 308	24,1310
Joaquim José Carvalho Pereira	176229868	56 916,37	12 102,63	69 019,00	69 019	6,9020
Cláudia Maria Carvalho Pereira	151655553	56 916,37	12 102,63	69 019,00	69 019	6,9020
Marta Daniela Carvalho Pereira	210426462	56 916,37	12 102,63	69 019,00	69 019	6,9020
Catarina Maria Carvalho Pereira		56 916,37	12 102,63	69 019,00	69 019	6,9020
<i>Total</i>		824 645,55	175 354,45	1 000 000,00	1 000 000	100,0000

8 — *Parecer.* — Com base no trabalho efectuado e satisfeitas as condições referidas no ponto 6 acima, não temos conhecimento de quaisquer situações que afectem de forma significativa a posição financeira evidenciada no balanço.

Nestas condições, somos de parecer que o relatório justificativo da transformação acima referido não merece qualquer reparo e que não

existem impedimentos legais à transformação, podendo ser aprovado pela assembleia geral da sociedade.

Lisboa, 30 de Junho de 2005. — Freire Kaizeler, Lourenço & Associado — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Luís Eduardo Ribeiro Kaizeler. 2009502345

II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:**Endereço Internet:** <http://dre.pt>**Contactos:****Correio electrónico:** dre@incm.pt**Linha azul:** 808 200 110**Fax:** 21 394 5750